

RELATÓRIO & CONTAS 2023





ÍNDICE

MISSÃO, VISÃO&VALORES | 5

RECURSOS HUMANOS | 5

BIAL NO MUNDO | 6

INDICADORES CHAVE | 8

1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL | 9

2. ESTRATÉGIA BIAL | 11

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA | 19

4. SUSTENTABILIDADE & PRINCÍPIOS ESG | 22

5. PERSPETIVAS PARA 2024 | 24

6. FACTOS SUBSEQUENTES A 2023.12.31 | 25

7. RESULTADOS DO EXERCÍCIO | 26

8. ANEXOS | 28

I. BALANÇO ANALÍTICO | 30

II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS | 33

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 34

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 35

V. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS | 37

1. Introdução | 37

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 37

3. Principais políticas contabilísticas | 37

4. Fluxos de Caixa | 65

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 65

6. Imposto sobre lucros | 65

7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos) | 68

8. Imparidades (Ativos correntes) | 73

9. Outros créditos a receber | 74

10. Clientes | 74

11. Estado e outros entes públicos | 76

12. Diferimentos e acréscimos | 76

13. Financiamentos obtidos | 77

14. Fornecedores | 78

15. Outras dívidas a pagar | 79

16. Capital Subscrito | 79

17. Vendas e serviços prestados | 79

18. Subsídios à exploração | 80

19. Demonstração da variação da produção | 80

20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas | 80

21. Fornecimentos e serviços externos | 81

22. Gastos com o pessoal | 81

23. Outros rendimentos | 82

24. Outros gastos | 82

25. Imparidades, reduções de justo valor, reversões e provisões | 83

26. Juros e rendimentos/gastos similares | 85

27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II) | 85

28. Investimentos em investigação e desenvolvimento | 85

29. Saldos e transações com empresas do grupo | 86

30. Locações | 88

31. Risco Financeiro | 88

32. Sustentabilidade | 90

33. Garantias prestadas | 92

34. Acontecimentos após a data do balanço | 92

35. Divulgações exigidas por diplomas legais | 93

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 94

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 99

3

MISSÃO, VISÃO & VALORES

BIAL é uma empresa farmacêutica de inovação. Dedicados à investigação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos, estamos empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

A Missão de BIAL é encontrar, desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde.

Tendo como linhas estratégicas a qualidade, a investigação e desenvolvimento e a internacionalização, somos motivados pela **Visão** que nos inspira:

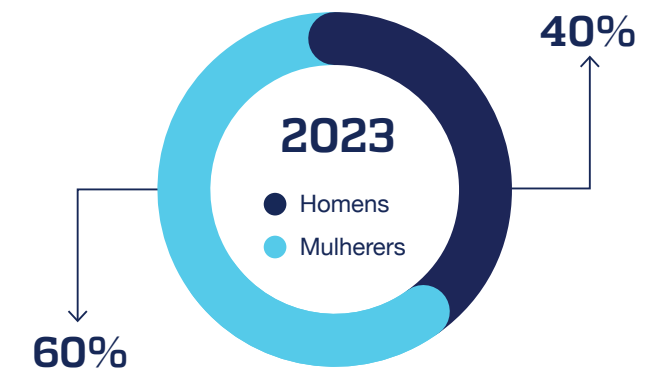
Ser uma empresa de dimensão internacional baseada em medicamentos inovadores próprios.

Os **Valores** que nos orientam refletem a nossa identidade:

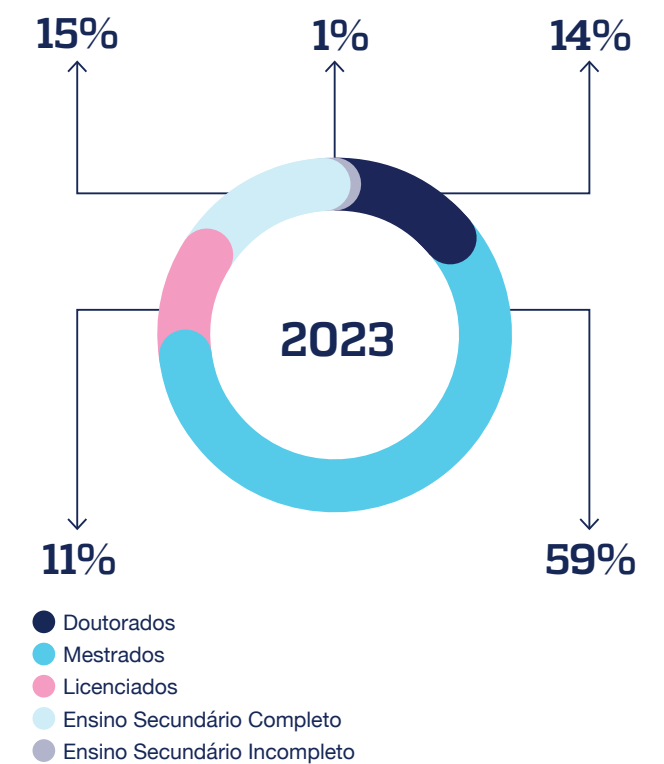
- **Ao Serviço da Saúde**
- **Aposta na Qualidade e na Inovação**
- **Excelência da investigação científica**
- **Integridade e elevados padrões de ética**
- **Rigor, responsabilidade e trabalho em equipa**
- **Respeito pelos valores universais**

RECURSOS HUMANOS

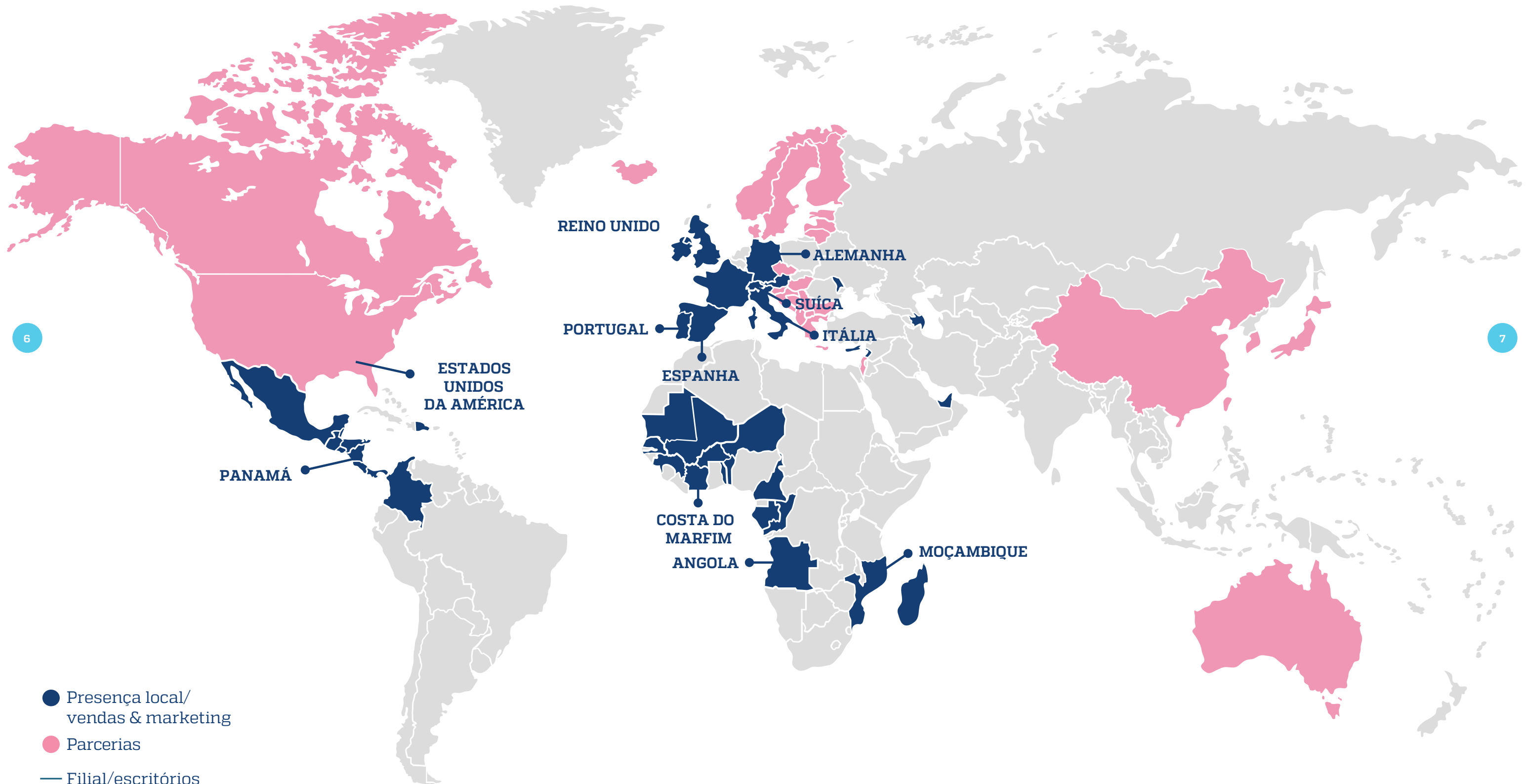
Distribuição por género



Habilitações literárias



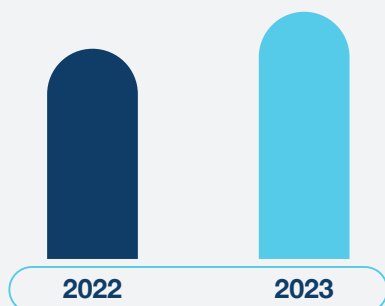
BIAL NO MUNDO



INDICADORES CHAVE

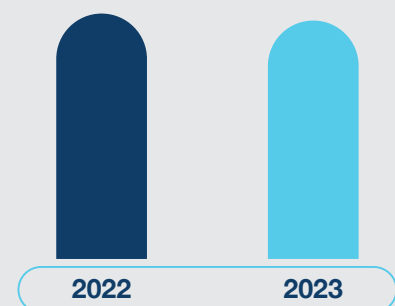
Volume de Negócios

233 M€ 274 M€



Investimento em I&D

42,1 M€ 40,9 M€



Recursos Humanos

388 | 782*
colaboradores



*nº colaboradores GRUPO BIAL

Internacionalização

67%
vendas fora de Portugal



Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL

BIAL - Portela & Cª, S.A. tem como atividades principais a investigação e o desenvolvimento de novos medicamentos, a produção, comercialização e a divulgação científica dos medicamentos que integram o seu portfólio, quer sejam de investigação própria, quer sob licença de empresas farmacêuticas internacionais.

BIAL - Portela & Cª, S.A. é a principal empresa do Grupo BIAL, nomeadamente em volume de negócios, ativos, e número de colaboradores, sendo detida a 100% pela BIAL Holding, S.A. O volume de negócios de BIAL - Portela & Cª, S.A., em 2023, representou 64% da faturação consolidada do Grupo e 49% dos seus colaboradores.

Em 2023, o volume de negócios foi de € 273'595'690, dos quais € 238'838'461 correspondem a vendas e € 34'757'230 a prestação de serviços. O volume de negócios cresceu 18%, com um crescimento de 12% das vendas e de 86% dos serviços prestados, o que demonstra o forte dinamismo comercial da empresa em 2023. O mercado interno representou 33% do volume de negócios, tendo as exportações de bens e serviços representado 67%, o que evidencia o elevado grau de internacionalização da atividade de BIAL - Portela.

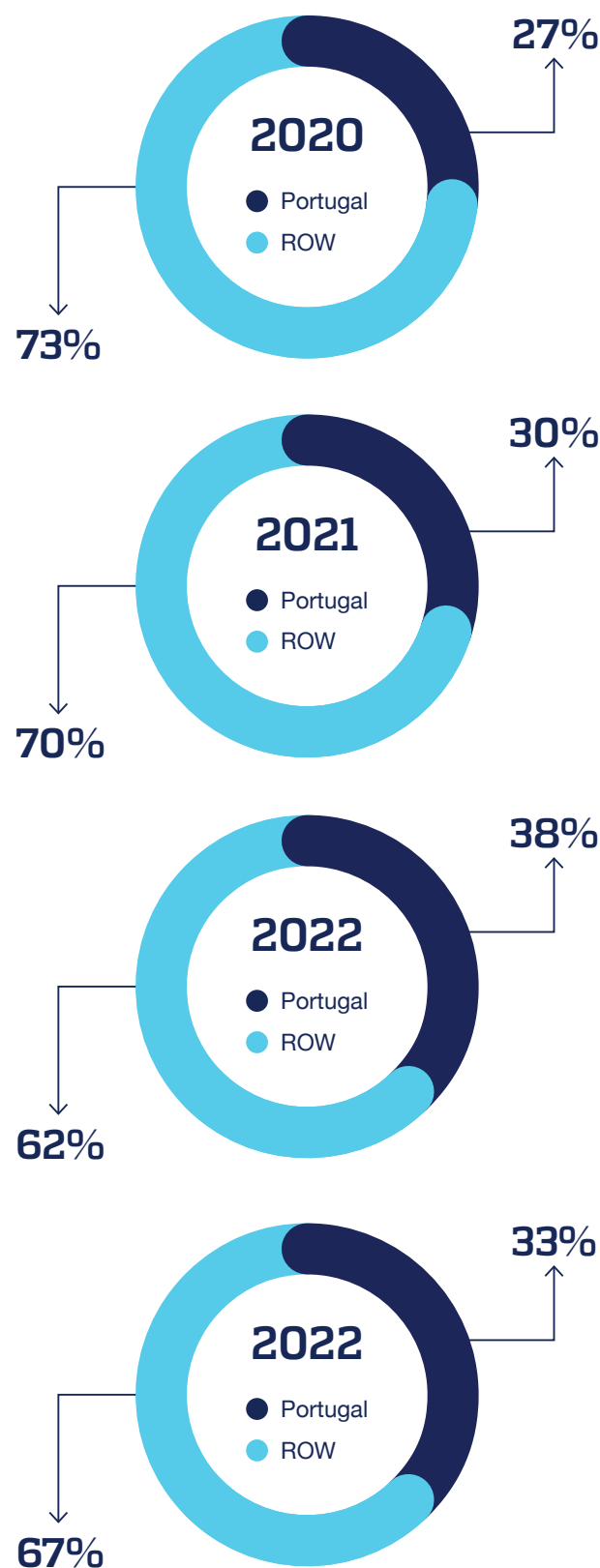
A evolução das vendas é o resultado de um forte dinamismo das exportações, com um crescimento de 20%, e uma redução das vendas internas de 4%. A forte dinâmica das exportações, que atingiram os € 167M, reforçam BIAL como uma das grandes exportadoras nacionais, assentes nos seus dois medicamentos de investigação própria, o Zebinix\Aptiom e o Ongentys que, em conjunto, representaram € 142,9M, dos quais € 102,9M de Zebinix\Aptiom e € 40,0M de Ongentys. Essas exportações são realizadas fundamentalmente, no caso de Zebinix\Aptiom, para os EUA (€ 57M), Espanha (€ 29M) e França (€ 8M), e de Ongentys para a Alemanha (€ 16M), Itália (€ 7M), Espanha (€ 6M) e EUA (€ 4M). Os mercados de destino evidenciam o alto valor acrescentado terapêutico que os dois medicamentos têm para os doentes com epilepsia e doença de Parkinson, sendo comercializados nos mercados mais exigentes

e com todas as opções terapêuticas disponíveis a nível mundial. Este perfil de vendas de BIAL, único em Portugal no sector farmacêutico, resultou de uma estratégia de longo prazo baseada na I&D, com o objetivo de descobrir medicamentos inovadores com uma mais-valia terapêutica inequívoca para os pacientes. O sucesso obtido pelos medicamentos de investigação BIAL expressa o seu reconhecimento e a confiança da classe médica a nível internacional, o que tem permitido um crescimento sustentado da presença de BIAL nos principais mercados farmacêuticos. Esta presença comercial torna possível continuar a investir em I&D valores que rondam os 20% do seu turnover nos últimos anos, o que permitirá lançar a médio \ longo prazo novos medicamentos.

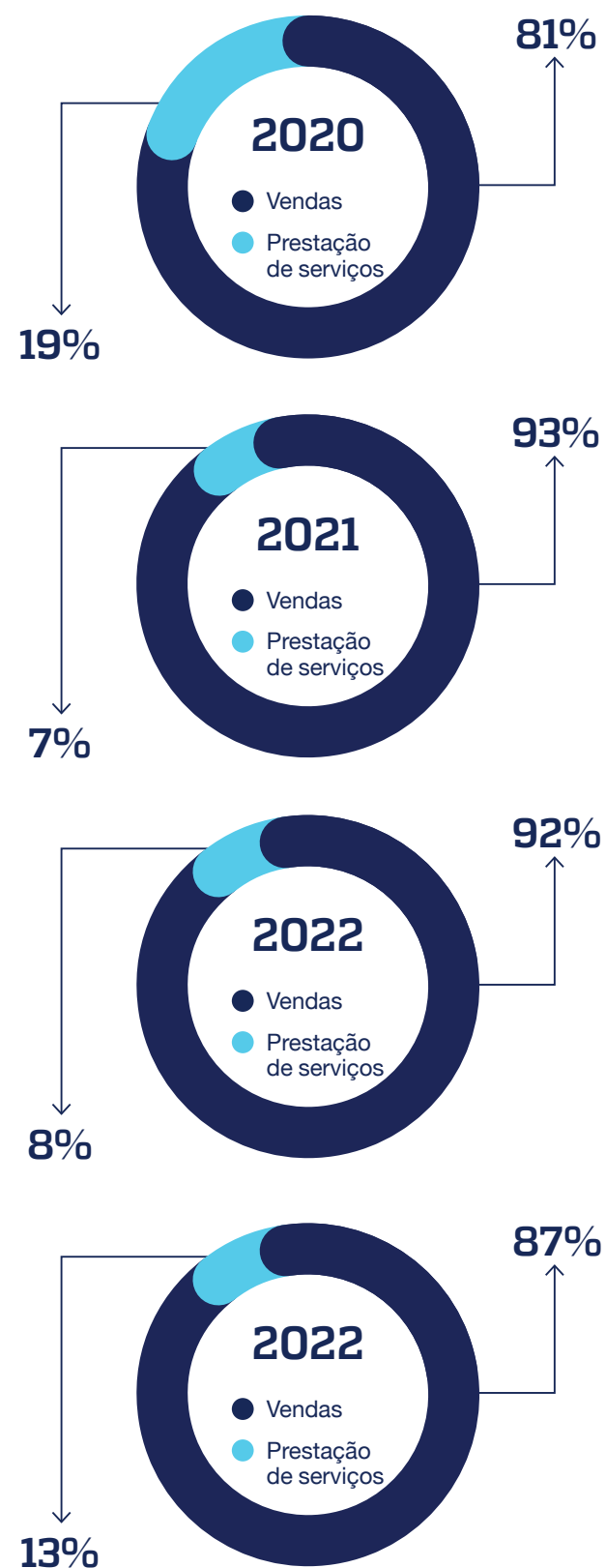
A prestação de serviços em 2023, como referido, foi de € 34,8M, + 86% face a 2022, dos quais € 17,7M no mercado nacional (+24%) e € 17,0M no exterior (+286%). A prestação de serviços em Portugal decorre essencialmente de serviços promocionais a companhias farmacêuticas internacionais no mercado português. Ao exterior, destacam-se os € 11,6M de um "milestone" recebido pelo licenciamento nos EUA do Ongentys à empresa Amneal, e os royalties cobrados a filiais do Grupo provenientes de contratos de licenciamento dos medicamentos de investigação própria, em especial à Novipharma (€ 4,8M).

BIAL mantém, desde há dezenas de anos, uma forte presença no mercado ambulatorio português, ocupando os medicamentos por si comercializados e/ou promovidos a 6ª posição nesse mercado (informação IQVIA), mesma posição de 2022. Não obstante a atividade de BIAL - Portela & Cª estar assente nos mercados internacionais, o que reforça as perspetivas de crescimento e a menor dependência a um mercado em particular, continua a dar especial enfoque à sua presença em Portugal. É nosso objetivo continuar a ter um portfólio de medicamentos inovadores, garantir o seu regular abastecimento, de forma a proporcionar uma melhor saúde aos pacientes residentes em Portugal, prestando um serviço de grande relevo aos profissionais de saúde, em especial aos médicos.

Turnover mercados



Turnover por natureza



2. ESTRATÉGIA BIAL

A implementação em BIAL de uma política de sustentabilidade de longo prazo, assenta nos pilares E S G (Environmental, Social and Governance), tem norteado as nossas opções de investimento e a nossa prática operacional, em alinhamento com a Investigação & Desenvolvimento de novos medicamentos e a internacionalização da atividade. As boas práticas no âmbito da política de sustentabilidade são transversais e mandatárias a todo o Grupo, em especial em BIAL Portela pelo seu perfil industrial e de I&D, num processo de melhoria contínua. É uma prioridade de BIAL consolidar esses princípios, adequando os seus investimentos e a sua atividade operacional a tal propósito, com a monitorização de um largo conjunto de indicadores, que permitem a sua avaliação de forma transversal e quantificável.

A I&D e a Internacionalização são os eixos estratégicos do nosso desenvolvimento a médio e longo prazo, como se verificou em 2023 e em exercícios anteriores. Ambas estão fortemente interrelacionadas, uma vez que a internacionalização assenta essencialmente nos novos medicamentos de investigação BIAL e, por sua vez, o financiamento dos projetos de I&D só é viável com a comercialização desses medicamentos nos principais mercados farmacêuticos. É um imperativo ético procurar as condições para que os nossos medicamentos estejam disponíveis para o maior número de doentes a nível internacional, pelo que temos distintas soluções para a sua comercialização no mundo, quer através das filiais do Grupo, quer através de acordos de licença e/ou distribuição com outras empresas farmacêuticas. Deste modo, Zebinix/Aptiom e Ongentys estão comercializados em dezenas de países dos cinco continentes, com prioridade para aqueles em que a prevalência da epilepsia e doença de Parkinson é mais elevada, assim como as dezenas de outros medicamentos comercializados por BIAL.

Portugal, Espanha e EUA continuam a ser os mercados mais relevantes do Grupo, perspetivando-se, a médio prazo, crescimentos significativos em mercados como o da Alemanha, Japão, China, França e Itália, que irão assumir um peso crescente na sua faturação. Continuamos com a nossa presença, direta ou indiretamente, em mais de cinquenta países.

Em 2023, a BIAL deu continuidade à sua atividade de I&D, quer nos projetos cujos medicamentos já são comercializados, quer nos projetos mais recentes, em fase pré-clínica ou clínica, que visam obter, a médio prazo, novos medicamentos. Após as fortes condicionantes existentes em 2020 e 2021 devido à pandemia Covid-19, em 2023 desenvolvemos a nossa atividade em condições de normalidade, no contexto de uma nova orientação estratégica em termos de áreas terapêuticas.

Em 2021 e 2022 foram reanalisados todos os projetos de investigação em carteira, de que resultou a descontinuação de vários projetos e a definição de novas prioridades. Em 2022 e 2023 foram reavaliadas as áreas terapêuticas em investigação, tendo-se decidido manter como área estratégica o sistema nervoso central, em especial na epilepsia e doença de Parkinson, descontinuar a área cardiovascular, e iniciar uma linha de investigação nas doenças raras de origem neurológica. Com isso procuramos acelerar o ciclo de investigação, em especial nas doenças raras, reforçar as parcerias com terceiras entidades, diversificar o risco de portfólio com um maior número de projetos ativos e conseguir um maior valor acrescentado terapêutico para os doentes. Presentemente temos três projetos com ensaios clínicos e diversos em fase pré-clínica.

O projeto BIA2 (Acetato de Eslicarbazepina), de que resultou um medicamento inovador para a epilepsia, comercializado com as marcas Zebinix e Aptiom, continua a ter alguns ensaios e estudos clínicos, embora com um investimento mais reduzido. O medicamento está aprovado pela FDA (EUA) e pela EMA (União Europeia), assim como por outras dezenas de autoridades nacionais de saúde, para a sua utilização em terapia adjuvante, em monoterapia, nos adultos e nas crianças. Em 2023, o Zebinix não foi lançado em nenhum novo país, tendo o último lançamento ocorrido em Israel em 2022. No entanto, em 2024, preve-se que seja lançado na região especial de Hainan Boao Lecheng, na China. Os trabalhos em curso têm como objetivo proporcionar uma melhor utilização clínica, nomeadamente para perfis de doentes específicos. É importante esse conhecimento, pelo que os estudos em curso são uma mais-valia para neurologistas e pacientes.

Do projeto BIA9 (Opicapone) resultou num novo me-



dicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, aprovado pela EMA em 2016, estando a ser comercializado, desde outubro de 2016, na Alemanha e Reino Unido, desde 2017 em Espanha, desde 2018 em Portugal e Itália, desde 2020 nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, seguindo-se a sua comercialização em Taiwan, Áustria, Dinamarca e Finlândia em 2021. Em 2022 foi lançado na Suécia, Chéquia, Eslováquia e Islândia e em 2023 foi lançado na Austrália, Eslovénia e Croácia. Em 2024 poderá vir a ser lançado na Hungria, Estónia e Letónia. O Ongentys, pelas suas características farmacológicas, foi um contributo importante para os doentes com Parkinson, sendo de destacar que é comercializado nos países com maior número de doentes com essa doença. Em 2023 foi concluído um ensaio clínico de fase III, com resultados terapêuticos positivos no sentido de poder vir a ser utilizado numa fase mais inicial da doença, para além de alguns ensaios clínicos de fase IV na Europa. Em 2024 está a ser dada continuidade a esses ensaios, com o objetivo de obter um melhor conhecimento dos seus efeitos terapêuticos, nomeadamente em condições de prática clínica corrente. Pelo seu potencial para os doentes com Parkinson, continuamos a investir no projeto com o objetivo de robustecer a sua adoção pelos neurologistas.

O projeto BIA28 tem como objetivo um novo medicamento para a doença de Parkinson quando esta tem como causa mutações genéticas do gene GBA1, que origina a diminuição da atividade da enzima GCCase, o que está associado a uma progressão acelerada dos seus sintomas e ao seu aparecimento em idades mais precoces. O composto BIA28 é um novo ativador da enzima GCCase, ligando-se a essa proteína produzida a partir do alelo GBA1 mutado e do alelo selvagem. O projeto teve uma evolução muito significativa em 2023 com o início de um ensaio clínico de fase II nos EUA e em alguns países da Europa, tendo sido incorporado em maio o primeiro doente, a que se seguiram várias dezenas de outros doentes. É um projeto realizado em parceria com a BIAL R&D Investments, para o qual foi constituído um consórcio entre estas duas empresas do Grupo BIAL, e que deverá envolver um investimento nos próximos três anos superior a € 60M. A BIAL R&D Investments foi constituída em 2020 e tem como objeto social a investigação farmacêutica de novos medicamentos. Iniciou a sua atividade nesse ano com a aquisição

de um conjunto de projetos de investigação a uma empresa americana (LTI), entre os quais o agora identificado como BIA28.

A par dos três projetos referidos, estão em fase pré-clínica diversos projetos na área das doenças do sistema nervoso central e das doenças raras, que esperamos venham a atingir as fases clínicas ao longo dos próximos anos.

Na I&D foram aplicados € 40,9M (€ 42,1M em 2022), excluindo amortizações, imparidades e provisões. Deste valor somente € 226K foram capitalizados, sendo os restantes valores registados como gastos do exercício. O total dos gastos com I&D na conta de resultados, incluindo amortizações, imparidades e provisões, é de € 64,4M (€ 61,4M em 2022). Manteve-se, assim, o nível de investimento por parte de BIAL Portela. O Grupo BIAL investiu € 57.6M em I&D em 2023 (€ 62.2M em 2022).

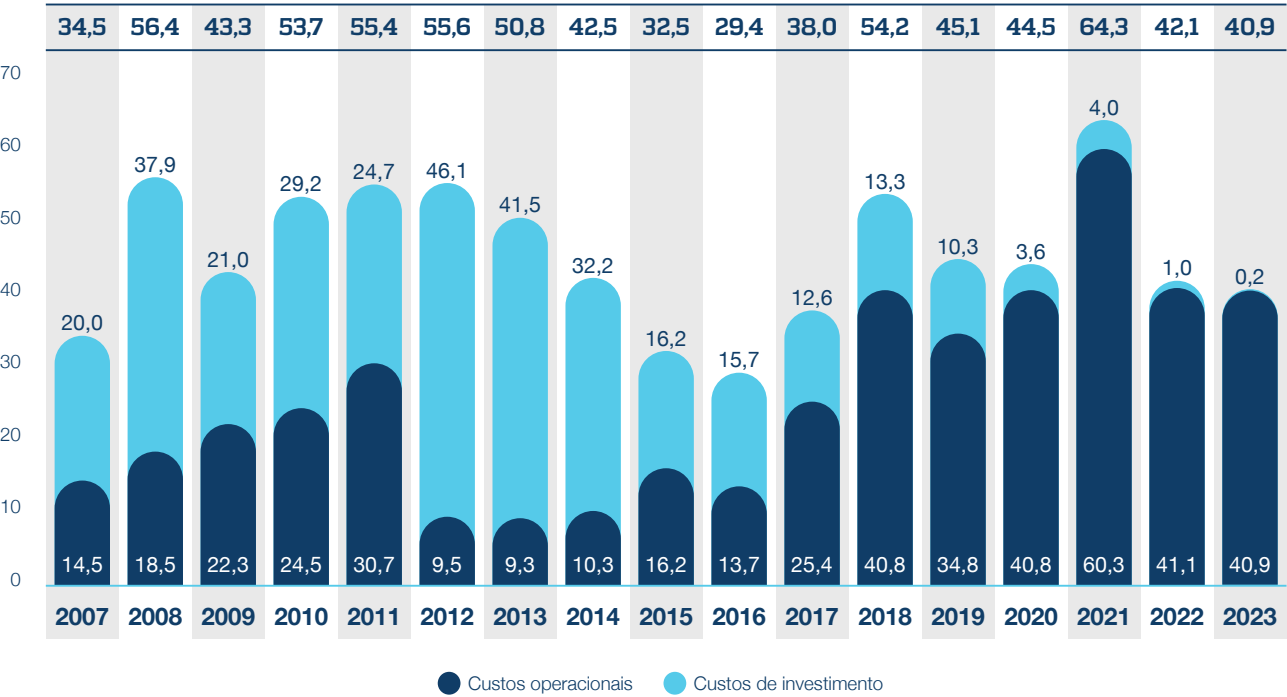
A atividade de I&D do Grupo continua a estar concentrada em BIAL Portela, mas há duas novas filiais, a partir do final de 2020, que têm igualmente atividade nessa área. A BIAL R&D Investments SA, em que 100% do seu capital é detido pela BIAL Holding SA, com sede em Portugal, e a BIAL Biotech, com sede nos EUA, e por sua vez detida a 100% pela BIAL R&D Investments. A atividade da BIAL R&D está, desde a sua criação, focada no desenvolvimento do projeto BIA28, que a teve como base de partida a aquisição de um conjunto de ativos intangíveis adquiridos a uma empresa de investigação biotecnológica norte americana na área da doença de Parkinson. Como já referido, foi criado um consórcio com a BIAL - Portela C^a, de forma a criar sinergias entre si. Por sua vez, a BIAL Biotech apoia os projetos de investigação da BIAL R&D nos EUA, em especial aos ensaios clínicos do BIA28 realizados nesse país.

É de mencionar que, em 2023, 62% das vendas de BIAL - Portela & C^a foram provenientes da faturação dos medicamentos de investigação própria. É um contributo fundamental da nossa I&D para a atividade da empresa e a prova do sucesso da estratégia de investimento seguida desde há mais de vinte e cinco anos.

Como se pode concluir pelo seguinte quadro, há um investimento sustentado e relevante em I&D em BIAL - Portela C^a:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ativo intangível (I&D)	35 674	19 018	27 178	24 344	46 132	41 478	32 082	15 776	12 821	11 320	10 602	5 537	2 406	2 604	326	326
Patentes	1 117	1 094	758	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo tangível	1 088	858	2 113	361	35	41	264	473	877	1 272	2 732	1 574	1 220	1 406	722	722
Sub-Total	37 879	20 970	30 049	24 705	46 167	41 519	32 346	16 249	13 698	12 592	13 334	7 111	3 626	4 010	1 048	1 048
Despesas com fornecimentos e serviços e outros custos	14 535	17 905	18 702	25 434	4 690	3 765	4 126	10 017	8 685	17 697	31 878	27 604	29 026	47 1526	27 582	27 582
Despesas com recursos humanos	3 950	4 438	4 910	5 281	5 164	5 502	6 097	6 209	7 009	7 680	8 951	10 407	11 817	13 084	13 457	13 457
TOTAL	56 364	43 313	53 661	55 420	56 021	50 786	42 569	32 475	29 392	37 969	54 163	45 122	44 470	64 246	42 087	42 087

(sem amortizações de ativos de I&D)



O rácio de investimento em investigação face ao “turnover” está acima da média da indústria farmacêutica devido, por um lado, aos diversos projetos realizados ou em curso assim como aos elevados custos da investigação pré-clínica e clínica e, por outro lado, por uma faturação relativamente baixa quando comparada com as necessidades de financiamento dos projetos.

É propósito dos acionistas do Grupo manter esta política de investimento a longo prazo, que seja compatível com o equilíbrio económico e financeiro da empresa e geradora de valor para todos os “stakeholders”, em especial para os doentes e profissionais de

saúde, missão que este Conselho de Administração assume de forma inequívoca e determinada.

A internacionalização é igualmente um eixo estratégico de BIAL - Portela & Cª. Em 2023, as receitas provenientes do estrangeiro representaram 67% (€ 184M) do seu total (€ 274M), o que evidencia o elevado grau de internacionalização da empresa. É de realçar que as exportações de medicamentos foram de € 167M, dos quais € 142,9M de Zebinix\Aptiom e Ongentys, e os serviços ao estrangeiro de € 17M, dos quais € 12M relativos a royalties provenientes de dois novos contratos licenciamento de Ongentys.

A política comercial na área internacional assenta essencialmente na comercialização e promoção da sua gama de produtos em dezenas de países, em especial dos seus medicamentos de I&D, que foram, e continuarão a ser, o motor do crescimento da sua atividade internacional.

A comercialização da sua gama, quer de produtos próprios, quer de licença (sempre com marca BIAL), baseia-se em modelos de negócio distintos, com o objetivo de responder às especificidades dos mercados e à sua estrutura funcional. São de salientar os três modelos aplicados:

- Comercialização e promoção através de filiais do Grupo e com equipas próprias em Espanha, Alemanha, Itália, Reino Unido, Suíça, Irlanda, Moçambique, Angola e nos países da FWA (French West Africa). Em França, BIAL tem uma equipa médica e de informação médica que é gerida diretamente, embora sem uma filial juridicamente constituída nesse país.
- Comercialização dos produtos de investigação própria através de acordos de licença em diversos mercados, como acontece nos EUA, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália, Israel, Grécia, países nórdicos e da Europa central.
- Parcerias locais com apoio direto a equipas comerciais de terceiros, através de orientação estratégica e de formação científica e de marketing proporcionada por BIAL, o que acontece em diversas zonas geográficas da América Latina, África, Médio Oriente e Ásia.

Como foi referido, para os medicamentos de investigação própria, a comercialização e/ou promoção é efetuada diretamente por BIAL ou por empresas farmacêuticas licenciadas para esse fim. Foi esta a estratégia adotada para a comercialização do nosso medicamento antiepilético de forma a responder a questões de índole financeira e de maior acesso dos pacientes ao medicamento. Por um lado, os contratos de licenciamento permitiram financiar os custos da investigação através do recebimento de várias dezenas de milhões de euros sob a forma de “milestones”, por outro lado permitiram um acesso mais rápido dos doentes dos principais países mundiais ao novo medicamento, onde BIAL não tinha presença direta na época (EUA, Alemanha, Reino Unido, França, e Itália). Com a expansão do Grupo na Europa

nos últimos anos, através da criação de filiais na Alemanha, Reino Unido, Itália, e Suíça, a estratégia com Ongentys já foi distinta. BIAL assumiu diretamente nesses mercados, para além de Portugal e Espanha, o lançamento de Ongentys, assim como a comercialização e promoção de Zebinix, após o fim do contrato de licença com a EISAI. A vantagem deste modelo é permitir uma elevada autonomia funcional e o controlo das operações sem dependência de terceiras partes. Foi um passo muito significativo na sua afirmação internacional, criando uma estrutura para a comercialização e promoção de outros futuros medicamentos inovadores, mesmo que não sejam de investigação BIAL, como irá acontecer em 2024 na Europa. Em 2021 foi assinado, com a farmacêutica Sumitomo (ex. Sunovion), o primeiro acordo de licença dessa natureza para a Europa, visando a comercialização e promoção de um medicamento para a doença de Parkinson. Está previsto que no 2º trimestre do corrente ano esse medicamento, com a marca Kynmobi, seja lançado no primeiro país europeu, a que se seguirão outros países em 2025. É um novo eixo de internacionalização que também suportará a nossa presença na área do sistema nervoso central na Europa, reforçando o portfolio de medicamentos comercializados.

No mercado nacional, a política de saúde, em particular a relativa aos medicamentos comercializados no mercado ambulatorio, continua a pressionar negativamente o crescimento e, sobretudo, a sua rentabilidade. Em 2022 e 2023 vimos os nossos preços médios serem reduzidos por via administrativa, num contexto inflacionário, o que teve implicações nas condições económicas em que exercemos a nossa atividade industrial e comercial.

Em 2023 manteve-se a pressão sobre os custos de produção do medicamento, incluindo os custos salariais. Embora em menor grau que o registado em 2022, a inflação pressionou os custos operacionais e a margem bruta em 2023, obrigando a tomar medidas restritivas. E tal como em 2023, em fevereiro de 2024, foi aprovada em Portugal uma revisão de preços que, embora permitindo um aumento até 5,0% dos preços de venda ao público dos medicamentos abaixo dos € 10,00, impuseram reduções de preços até 5% para os medicamentos com PVP entre os € 15,00 e os € 30,00, e acima desse valor uma redução até 10%. Essas reduções são calculadas em



função dos preços praticados em alguns países da zona euro, que têm o mais baixo nível de preços. Em termos globais estimamos que o impacto seja uma redução, em 2024, de 1,4% do nosso nível médio de preços, num contexto em que a inflação deverá rondar os 2,3% em 2024, tendo sido de 4,3% em 2023. Esta enorme pressão sobre as margens e rendibilidade da empresa pela via dos custos, sem possibilidade de minimizar através da revisão de preços dos seus produtos, afeta negativamente a sua capacidade de investimento, o que é preocupante atendendo aos investimentos muito avultados de BIAL em I&D.

Em 2023, tal como já o tinha feito em 2022, BIAL tomou diversas medidas para melhorar a sua produtividade e otimizar os seus recursos, incluindo a reavaliação da sua estrutura e a implementação de processos de melhoria continua em diversas áreas operacionais. Igualmente importante a racionalização do portfólio e o “focus” nas atividades de maior valor acrescentado.

Na sua gama de medicamentos comercializados em Portugal é de destacar a área da diabetes, a par do sistema nervoso central e área respiratória. Em 2020 iniciou-se a comercialização de dois novos medicamentos para a diabetes, licenças da AstraZeneca, com as marcas Edistride e Ebymect, pertencentes a uma nova classe terapêutica na área da diabetes (iSGLT2). São medicamentos inovadores que trazem uma melhoria significativa no controlo da doença, dos seus efeitos secundários, na qualidade e esperança de vida do doente. O seu potencial continua a ser enorme, tendo sido os medicamentos com maior crescimento desde 2021, numa área em que todos os dias há mais doentes diabéticos a precisarem das melhores soluções terapêuticas, num cenário quase pandémico. Infelizmente é uma situação comum na esmagadora maioria dos países mais desenvolvidos, em que os hábitos de vida são fortemente potenciais desta doença.

A distribuição de vendas em Portugal, por áreas terapêuticas, assim como as quotas de mercado dos produtos mais importantes, são as seguintes:

CLASSE TERAPÊUTICA	PRINCIPAIS PRODUTOS	% NAS VENDAS
Aparelho Digestivo e Metabolismo	Edistride, Ebymect, Jalra, Zomarist	28.2%
Sistema Nervoso Central	Evanse, Sedoxil, Ongentys, Zebinix, Elontril, Neupro	27.9%
Aparelho Respiratório	Elebrato, Revinty, Bris om ax, Laventair, Rinialer	14.1%
Antibióticos	Clavamox, Tricef	6.8%
Área Cardiovascular	Orvatez, Copalia	6.6%
Sistema Músculo-Esquelético	Rantudil, Reumon Inj	6.1%
Antianémicos e Suplementos de Iodo	Folifer, Folecil, Yodafar	5.4%
Outros (inclui OTC'S)	Reumon Top, Doloflux, Diacol, Brainkin e outros	5.0%

PRODUTOS	POSIÇÃO	Q.M. Dez/2023 (IQV1A)	SUBCLASSE TERAPÊUTICA
FOLICIL	1ª	59%	Antianémico fólico
ELVANSE	1ª	53%	Psicoestimulante
SEDOXIL	1ª	20%	Ansiolítico
CLAVAMOX	1ª	13%	Antibiótico
FOLIFER	2ª	22%	Antianémico comb.
RANTUDIL	2ª	10%	Anti-inflamatório
ONGENTYS	3ª	17%	Antiparkinsoniano
REUMON	3ª	10%	AINE Tópico
NEUPRO	4ª	11%	Antiparkinsoniano
REVINTY	4ª	8%	Antiasmático
ZEBINIX	4ª	5%	Antiepiléptico
ELEBRATO	5ª	10%	A-colinerg+Agon B2 Assoc.
EBYMECT	5ª	7%	Antidiabético
EDISTRIDE	6ª	6%	Antidiabético

BIAL está presente em diversas áreas terapêuticas muito relevantes, conforme se pode constatar no quadro acima. O SNC continua a ser o mais importante, com presença na epilepsia, doença de Parkinson, ansiedade, depressão, e défice de atenção e hiperatividade. O Zebinix e o Ongentys são referências nas suas áreas terapêuticas, mesmo que o primeiro já tenha perdido a sua patente em junho de 2020 e tenham sido lançados vários genéricos.

BIAL tem uma forte imagem institucional, uma grande confiança da classe médica e de outros profissionais de saúde e dos pacientes, uma gama de medicamentos inovadora, uma qualidade excelente dos seus produtos e serviços, uma contínua procura de melhoria de desempenho, a par de um programa de I&D único em Portugal e dos mais expressivos, em termos relativos, a nível internacional. Desde há diversos anos que a marca “BIAL” é classificada numa das três primeiras posições no ranking das marcas com maior notoriedade, de acordo com os estudos de mercado realizados por distintas empresas.

A conjugação dos três vetores estratégicos fundamentais – Sustentabilidade / I&D / Internacionalização - é a base do desenvolvimento equilibrado e sustentado das últimas dezenas de anos, criador de valor, baseado no conhecimento e na diferenciação, e focado na satisfação das necessidades dos pacientes.

Foi um caminho complexo, não isento de dificuldades e percalços, só possível com uma forte determinação e resiliência dos seus acionistas, sem perda do rumo mesmo nas suas fases mais difíceis. Mas foi o caminho que permitiu que BIAL seja hoje uma empresa baseada no conhecimento, com medicamentos de investigação própria que representam mais de 50% do seu “turnover”, internacionalizada, e com um projeto de futuro assente em bases sólidas, nomeadamente em termos económicos e financeiros.

A conjugação dos três modelos de negócio referidos anteriormente foi uma das chaves do sucesso, numa visão estratégica global e aberta, com a escolha do modelo mais adequado às situações específicas dos mercados e/ou produtos. Compatibilizar esses modelos é uma das variáveis críticas, com prioridades e

objetivos bem definidos, mas com princípios e valores comuns.

É de realçar a política de licenciamento das novas moléculas BIAL que permitiu, por um lado, o lançamento dos novos medicamentos, especialmente de Zebinix \ Aptiom, em países em que BIAL não tinha estrutura comercial e, por outro lado, o recebimento de “milestones” relativos aos contratos de licenciamento que, até 2023.12.31, totalizaram € 270M, e que foram fundamentais para financiar o programa de I&D desde os anos noventa. Em 2007 foi assinado o primeiro contrato de licenciamento, relativo ao BIA2 (ZB\AP) para os EUA e Canada, com a empresa Sepracor, hoje Sumitomo Pharmaceutical, que originou uma receita em “milestones” de € 125,7M.

Nos últimos anos as receitas provenientes dos contratos de licenciamento passaram a ser muito menos relevantes, porque com a implementação de uma estrutura própria na Europa, BIAL deixou de licenciar os seus produtos nos cinco principais mercados europeus e, desde o lançamento comercial de Zebinix \ Aptiom e de Ongentys, a I&D é financiada essencialmente pela margem libertada por esses dois produtos. No entanto, continuam a ser um contributo financeiro interessante. Em 2023 foram recebidos € 12,1M do novo contrato de licenciamento de Ongentys para os EUA e do contrato de licenciamento para a Austrália.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO e FINANCEIRA

O volume de negócios de BIAL - Portela & Cª, foi de € 274M, +18% face a 2022, pelas razões apresentadas no ponto 1. Como referido, as receitas provenientes das exportações e prestação de serviços ao exterior são a base deste forte crescimento, mantendo-se estável a faturação em Portugal.

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento, imparidades e impostos foi de + € 67,4M, um crescimento de 111% face a 2022. Esta evolução resulta fundamentalmente do crescimento do volume de negócios, e da redução dos custos operacionais,

incluindo gastos com pessoal. Nos custos do exercício estão incluídos € 40,7M diretamente relacionados com os projetos de I&D (despesas com pessoal e fornecimentos e serviços). A esse valor há ainda que considerar as amortizações de I&D (€ 21,7M) com impacto direto negativo nos resultados operacionais, embora haja uma redução das imparidades e provisões associadas à I&D, no valor €2,5M, beneficiando de forma positiva esses resultados. Em resumo, os resultados operacionais estão afetados diretamente por € 59,8M por gastos de I&D. Há igualmente que considerar outros gastos indiretos, como gastos financeiros e jurídicos, como a proteção da propriedade industrial, não incluídos no valor referido.

O resultado operacional foi de € 44,2M, face aos € 9M de 2022, o que reforçou significativamente a estrutura financeira da empresa. Um dos objetivos prioritários da gestão de BIAL é conciliar o investimento em I&D com rentabilidade operacional da empresa, o que foi possível num contexto de forte pressão inflacionária, mesmo sem poder repercutir nos preços por razões legais os aumentos de custos via inflação.

As despesas com pessoal foram de € 35,2M, -8,8% que em 2022, refletindo a reestruturação implementada no final de 2022. As despesas com pessoal relativas às atividades de I&D foram de € 9,8M, o que representa 28% dos gastos com pessoal da empresa.

As amortizações do exercício e imparidades/reversões foram de € 23,2M, +1,3% que em 2022, das quais € 19,3M são relativas aos projetos de I&D. É muito relevante a importância da I&D neste item da conta de resultados, o que resulta fundamentalmente da amortização dos projetos BIA2 e BIA9, que estão capitalizados em ativo intangível com um valor de € 137M. Os restantes projetos de investigação BIAL são contabilizados em custos do exercício, não sendo imobilizados, com exceção das patentes que lhes estão associadas. O projeto BIA28 tem um valor capitalizado de € 13,2M, em resultado unicamente do valor pago a terceiros decorrente do contrato de aquisição do projeto à empresa LTI, uma vez que são imputados a custos do exercício todos os restantes gastos.

Os resultados financeiros são negativos em - € 7,1M, uma evolução negativa face a 2022 (- € 4,1M), devido ao forte aumento das taxas médias de juro em comparação com 2022, uma vez que o financiamen-



to médio diminuiu. Em 2023 foram pagos € 5,8M de juros enquanto em 2022 esse valor foi de € 4,1M.

O financiamento líquido, em 2023.12.31, é de € 123,4M, um decréscimo de € 37,6M face a 2022.12.31. A dívida financeira total é de € 161,0M (€ 191,6M em 2022), dos quais € 18,9M são empréstimos de empresas do Grupo e € 9,1M subsídios reembolsáveis. Os financiamentos bancários são de € 58,0M, dos quais € 15,7M vencem em 2024. É de salientar um financiamento do Banco Europeu de Investimentos, presentemente de € 13,3M. Os empréstimos obrigacionistas são de € 75,0M, vencendo-se € 33,2M em 2024. No final de março está prevista uma nova emissão obrigacionista de € 30,0M, com uma maturidade de três anos e reembolso total no final do prazo, que foi contratualizada em 2023.

A maturidade dos financiamentos é adequada às necessidades dos projetos da empresa e da sua capacidade de gerar “cash-flow”. Em 2024 vencem-se € 53,3M, dos quais o maior valor (€ 30M) corresponde ao reembolso de um empréstimo obrigacionista. A empresa tem em caixa e depósitos bancários € 37,7M, a que acrescem € 28,9M disponíveis através de descobertos bancários, € 33,9M em papel comercial e um empréstimo obrigacionista contratado de € 30M. No total, a empresa tem meios financeiros disponíveis de € 130,5M para 2024, sendo os reembolsos nesse ano de € 53,3M, o que permite fazer face a eventuais novos investimentos. Prevê-se que em 2024 as necessidades de tesouraria correntes sejam negativas, o que reforçará a capacidade de meios financeiros para novos investimentos.

Assim, os meios financeiros contratados garantem, com larga margem, as necessidades de financiamento de BIAL - Portela C^a em 2024, incluindo eventuais investimentos não orçamentados à data.

O Resultado Antes de Impostos é de € 37,1M e o Resultado Líquido é de € 23,3M. A diferença é explicada pela utilização de Impostos diferidos e correntes, num total de € 13,8M.

O Ativo Líquido é de € 472,8M, +1,2% face a 2023, em que se salienta o Ativo intangível (€ 147,5M), Inventários (€ 88,6M), Impostos diferidos (€ 53,8M), Clientes (€ 79,7,2M), e Ativo Tangível (€ 62,4M). São de salientar as reduções do Ativo Intangível em

€ 12,9M e dos inventários de € 5,5M. Em sentido oposto, o aumento das Dividas de Terceiros de curto prazo (€ 16,8M) devido ao aumento do saldo dos clientes do Grupo no mesmo valor, e de Caixa e Depósitos Bancários no valor de € 9,8M. As restantes rubricas do ativo não tiveram alterações relevantes.

O Capital Próprio é de € 214,8M, um acréscimo de € 20,6M, refletindo os bons resultados líquidos do exercício. Os Capitais Próprios representam 45% do Ativo Líquido e 83% do Passivo, rácios muito positivos e que traduzem níveis elevados de autonomia financeira e solvabilidade.

O Passivo é de € 258,0M, um decréscimo de € 15,0M face a 2022. A principal rubrica do Passivo são os Financiamentos (bancários, obrigacionistas e de empresas do Grupo), que representam € 161,0M, seguindo-se os Fornecedores com € 49,7M. O Passivo Não Corrente representa 45% do Passivo.

Em conclusão, em 2023 a estrutura do balanço foi reforçada pelos bons resultados obtidos, com indicadores muito positivos, espelhando uma estrutura económica e financeira sólida. É o resultado de uma gestão ponderada que aposta no futuro, em especial nos projetos de I&D, mas sempre atenta ao presente.

A estrutura económica e financeira é robusta, não obstante o elevado nível de custos operacionais em I&D, uma vez que a quase totalidade dos gastos em investigação são imputados a custos do exercício. A rentabilidade intrínseca à sua atividade corrente é claramente positiva, permitindo desse modo o financiamento dos projetos de I&D. Para isso muito contribuem de forma decisiva as exportações de Zebinix/ Aptiom e Ongentys, produtos de investigação BIAL e, naturalmente, com margens brutas mais elevadas que as da restante gama de produtos. E como referimos, em 2023, as vendas desses dois produtos representaram 58% da faturação da empresa.

4. SUSTENTABILIDADE & PRINCÍPIOS ESG

O Grupo BIAL, desde há mais de vinte anos, tem seguido uma política de responsabilidade corporativa, de natureza transversal e inserida nas suas diversas áreas operacionais. Essa postura tem evoluído, tornando-se progressivamente mais global e presente no seu dia a dia, quer através da certificação na área de ambiente (ISO 14001), quer através de procedimentos e práticas associadas à economia circular, responsabilidade social e “*governance*”. BIAL - Portela & C.^a, como principal empresa do Grupo, é a que tem maior relevância nesta política, desde a sua área industrial até às atividades de investigação e desenvolvimento, passando por uma forte política de responsabilidade social materializada no apoio a múltiplas instituições e iniciativas da sociedade civil. O desenvolvimento sustentável está presente nas decisões tomadas e nas políticas a definir e implementar.

Em 2023, a política de responsabilidade corporativa viu formalizada a incorporação da Sustentabilidade, com a criação de um Grupo de Trabalho e de uma Equipa dedicados a este tema, por forma a endereçar atempada e adequadamente os desafios que as novas disposições legais impõem, além de aproveitar as oportunidades que se criam, sobretudo ao nível do incremento da eficiência operacional.

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2023, em linha com os anos anteriores, os Sistemas de Gestão da Qualidade, Saúde e Segurança e Ambiente estão adequados à política da Empresa, refletindo os princípios, propósitos e valores do Grupo BIAL. Os sistemas foram avaliados com realização de inúmeras auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores de gestão.

No que respeita à Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, é de salientar:

- O Sistema de Gestão Ambiental, implementado desde 2001, viu renovada a respetiva certificação, em conformidade com a norma ISO 14001:2015, como resultado da auditoria de renovação, através de uma nova entidade certificadora (*Bureau Veritas*), sem constatações;

- Em 2023 foram realizadas com sucesso auditorias externas e internas de acordo com a legislação aplicável a Saúde e Segurança Ocupacionais, mantendo-se a conformidade do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança;
- Consolidação das Boas Práticas (Farmacovigilância, Clínicas, de Fabrico e de Distribuição), comprovada por diversas auditorias externas e internas, incluindo inspeções de autoridades de saúde internacionais.

Em 2023 foi dada continuidade ao processo de melhoria continua nas áreas operacionais, sendo de salientar a conclusão de alguns importantes investimentos, como a expansão da área logística e o “*revamping*” das salas de amostragem e aviamento. São investimentos inseridos num plano iniciado em 2021 e concluído em 2023, que criaram condições para reforçar o vetor industrial do Grupo, suportando a nossa internacionalização. Nesses investimentos, o foco foi a produção dos dois medicamentos de investigação BIAL, Zebinix/Aptiom e ONgentys, para todos os mercados incluindo os EUA.

Na área ambiental e da economia circular foram implementadas diversas iniciativas, destacando-se as seguintes:

- Reduzimos 52% das emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), de âmbito 1 – emissões diretas, e de âmbito 2 – indiretas, face ao ano de 2020. As ações mais relevantes para este resultado são o fornecimento de eletricidade a partir de painéis fotovoltaicos, a obtenção de eletricidade com garantia de origem de fontes renováveis para além das contínuas medidas de eficiência energética implementadas;
- A nossa Unidade de Produção e Autoconsumo (UPAC), em 2023 produziu 945MWh, o que representou 19% do consumo total de eletricidade. Em 2023 instalamos mais 72 novos módulos de painéis fotovoltaicos, totalizando a área ocupada mais de 3.790 m², com uma capacidade instalada de 780 kWp. Em 2023, a produção da UPAC evitou a emissão de 444 ton CO₂;
- Dispomos de 36 postos de carregamentos no nosso parque e o número de veículos híbridos e elétricos da frota BIAL tem crescido, perfazendo 18% do total de veículos;

- Em 2023 implementamos medidas de eficiência hídrica que nos permitiram reduzir 450 m³ do consumo de água da rede e mais de 4.600 m³ de água da nossa captação hídrica;
- As nossas cartonagens, folhetos e caixas de cartão possuem certificação FSC (*Forest Steward Council*), ou seja, a matéria-prima das nossas embalagens provém de florestas geridas de forma sustentada. Adicionalmente, as caixas de cartão que contêm os nossos medicamentos contêm entre 55 e 85 % de materiais reciclados;
- Promovemos ações de economia circular com foco na digitalização de processos e mantivemos as parcerias com os nossos fornecedores na devolução de embalagens. Para além disso, encaminhámos cerca de 3,0 ton de resíduos de solventes orgânicos para recuperação/ regeneração em Portugal.

Em termos globais podemos concluir:

Os relatórios anuais “2023 *Quality Performance Analysis*” e “2023 *Environment Performance Analysis*” traduzem, através de diversas métricas, o referido nos pontos anteriores e apresentam linhas de ação para a melhoria contínua dos indicadores de desempenho. Aliado a estes há ainda a salientar o primeiro Relatório de Sustentabilidade, relativo a 2023, o qual alia o vetor Ambiental aos vetores Social e de Governança, constituindo mais uma evidência do percurso de transparência e confiança que a BIAL vem trilhando.

Na vertente Social destaca-se o envolvimento da empresa com a comunidade - assumindo especial relevo a comunidade onde está sedeadada -, e na criação de valor para a sociedade em geral. Neste domínio destacam-se, como eixos de atuação, as vertentes da saúde, da investigação, assim como da cultura e da educação.

Desde 2004, BIAL é membro do UN Global Compact, uma iniciativa internacional que visa promover o progresso sustentável da economia mundial, unindo empresas, governos e sociedade civil. Anualmente, a empresa renova este seu compromisso com o Pacto Global e os seus dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Em 2023, BIAL - Portela & C.^a concedeu € 4.5M de donativos a diversas entidades, para além de outros

apoios não financeiros a múltiplas iniciativas da sociedade civil e que se enquadram no âmbito da sua política de mecenato.

É de destacar a nossa presença como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1994, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. A organização de simpósios, a atribuição de bolsas de investigação e a atribuição de prémios científicos são as suas principais atividades.

Em 2023 tiveram lugar as edições do “BIAL Award in Biomedicine 2023”, no valor de € 300'000, e do “Prémio Maria de Sousa 2023”, em parceria com a Ordem dos Médicos, no valor de até € 150'000. Foram ainda organizadas as cerimónias de entrega do “Prémio BIAL de Medicina Clínica 2022” e do “Prémio Maria de Sousa 2023”, presididas, respetivamente, pelos Senhores Presidente da República e Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que, no seu conjunto, atribuíram prémios no valor de € 270'000.

No âmbito da Educação, BIAL integra diversas iniciativas que visam dar resposta à necessidade de uma maior participação da sociedade civil e no dia-a-dia das escolas, reconhecendo o papel fundamental que tem no desenvolvimento sustentado de uma sociedade mais competitiva e dinâmica. Neste âmbito destaca-se o papel da empresa nos Conselhos Gerais das escolas da comunidade onde está inserida, assim como a participação em programas que visam promover uma maior participação da sociedade civil na vida das escolas e a partilha de boas práticas e de conhecimento entre o mundo empresarial e as escolas, como é o caso do programa “Porto de Futuro”, promovido pela Câmara Municipal do Porto.

A BIAL colabora também com instituições que apoiam socialmente jovens universitários, nomeadamente através da atribuição de bolsas de estudo, assumindo assim um papel no combate ao abandono escolar, no desenvolvimento de competências-chave e promoção da empregabilidade jovem. Destaca-se a participação na associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social e na Associação Stand4Good.

Na área da Saúde, BIAL tem vindo a estabelecer parcerias com sociedades médicas, associações de doentes e programas educacionais que visam a formação, a educação e a sensibilização para diversos

problemas que afetam a saúde da população. Exemplos desta atuação são a plataforma digital *Keep it ON*, criada com a missão de capacitar as pessoas com a doença de Parkinson e que disponibiliza conteúdos relevantes e úteis para as pessoas com esta doença e respetivos prestadores de cuidados, e o podcast Top of Mind lançado em 2023, e que leva ao cidadão comum informação, conhecimento e partilha de experiências em torno de diversas doenças, e tópicos de saúde comuns.

A empresa está também associada a diversas iniciativas da sociedade civil e do Estado Português, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização. O destaque natural vai para a intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais, que colaboram “pró-bono” em diversas instituições públicas cujos fins e iniciativas estejam de acordo com os valores e princípios do BIAL.

Na vertente de Governance, BIAL está comprometida e empenhada em realizar a sua atividade com integridade e em conformidade com os mais elevados padrões éticos, leis, regulamentos, políticas e procedimentos internos aplicáveis.

Trabalhar de acordo com elevados padrões éticos sempre fez parte do ADN da BIAL. Na empresa vigora um Código de Ética e de Conduta que explicita os princípios éticos que regem a empresa, os seus colaboradores e as relações estabelecidas com todos os nossos parceiros.

A BIAL promove uma política proativa de desenvolvimento dos seus colaboradores, nomeadamente através de programas de gestão de talento e de ações de formação e de desenvolvimento. BIAL aposta na qualidade e qualificação das suas pessoas, comprovada pela elevada percentagem de colaboradores que possuem um grau académico do ensino superior (superior a 80%). Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há uma preocupação permanente com uma adequada formação contínua, interna e externa, de forma a acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde.

É nosso objetivo continuar a promover um relevante programa de apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional, abrangendo fundações e entidades de âmbito cultural (artísticas, musicais, entre outras) e científico, organizações de intervenção social, organizações de cariz social e humanitário, organismos de saúde e de educação. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental.

5. PERSPETIVAS PARA 2024

Estão aprovados, pelo Conselho de Administração, os Planos e Orçamentos de Exploração e Investimento para 2024. A sua implementação dará continuidade à política estratégica de BIAL e o seu desenvolvimento a longo prazo, a par do seu equilíbrio económico e financeiro.

A dinamização e rendibilidade da atividade comercial é uma prioridade, com o foco nos medicamentos de investigação BIAL, que estão comercializados nos principais mercados mundiais. Os dois pilares da faturação de BIAL nos últimos anos são o Zebinix/Aptiom, especialmente nos EUA e Espanha, e Ongentys nos países europeus com filiais BIAL (Portugal, Espanha, Alemanha, Itália e Reino Unido) e Japão.

No mercado português o focus, em 2024, continuará a ser as suas três áreas terapêuticas estratégicas: sistema nervoso central (ansiedade, hiperatividade, doença de Parkinson, e epilepsia), diabetes e doenças respiratórias (asma e a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica).

A atividade exportadora de BIAL – Portela continuará assente nas vendas de Zebinix \ Aptiom e de Ongentys, quer através das filiais do Grupo, quer através dos diversos acordos de licença com empresas farmacêuticas internacionais.

Nos mercados emergentes, o objetivo é reforçar as exportações para os mercados prioritários e com portfólio de maior potencial, concentrando e racio-

nalizando a atividade industrial e comercial, em linha com o ocorrido nos últimos anos. Novos mercados estão a ser analisados para, a médio prazo, potenciar as exportações.

Na área da I&D iremos continuar a aplicar mais de 20% do nosso turnover, quer ao nível de custos operacionais, quer ao nível de despesas de investimento. Os projetos de investigação em Novas Entidades Químicas são prioritários e o objetivo é aumentar o número de projetos. Em 2023 iniciou-se a atividade de investigação numa nova área terapêutica – doenças raras de natureza neurológica – que será reforçada em 2024, com o objetivo de termos, no triénio, pelo menos um projeto em ensaios clínicos.

Os projetos que terão a maioria dos meios humanos e financeiros em 2024 são o BIA28, projeto que tem como objetivo obter um medicamento inovador para a doença de Parkinson e em que estão em curso ensaios clínicos de fase II, iniciados em 2023, e o BIA9, projeto de que resultou Ongentys, medicamento igualmente para a doença de Parkinson e onde estão em curso ensaios clínicos de fase IV.

No projeto BIA28, potencial medicamento para a doença de Parkinson, será dada continuidade às diversas atividades pré-clínicas, mas o principal objetivo é dar continuidade ao ensaio clínico de fase II nos EUA e em outros países europeus, com o objetivo de evidenciar a sua eficácia terapêutica. Em dezembro tinham sido incluídos no ensaio cinquenta e um doentes, sendo o objetivo, em 2024, o de incluir todos os doentes previstos para este ensaio. Prevemos, no 1º semestre de 2026, termos os seus resultados, que serão fundamentais para a prossecução do projeto. O BIA28 é uma parceria entre BIAL Portela e a BIAL R&D Investments, formalizado através de um consórcio entre as duas filiais do Grupo.

Outros projetos de I&D estão em desenvolvimento no âmbito da atividade de BIAL - Portela C^a, em fases pré-clínicas para que no próximo triénio entrem em fase clínica.

A confiança dos acionistas continuará a ser fundamental neste processo de desenvolvimento da empresa e do Grupo, baseado numa visão estratégica de médio e longo prazo, focada na I&D. O resultado dessa estratégia foi transformar BIAL numa empresa farmacêutica assente na inovação e investigação,

com a atividade nos principais países mundiais, quer em termos de I&D, quer em termos comerciais.

6. FACTOS SUBSEQUENTES a 2023.12.31

Não são conhecidos eventos posteriores a 2023.12.31 que possam influenciar as demonstrações financeiras de 2023 ou que justifiquem uma revisão dos planos e orçamentos aprovados para 2024. Não obstante o referido, em março foi conhecida a decisão desfavorável a BIAL da London Court of International Arbitration (LCIA), em que BIAL reclamava uma compensação de € 8,7M por incumprimento do contrato de licenciamento de Ongentys para os EUA, celebrado com a Neurocrine. No entanto, como o valor foi provisionado a 100% em 2023 não há impacto nas contas nem resultados líquidos apresentados.

7. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 23'308'104,60 seja afeto a:

- Reservas Legais: € 940'921,17
- Resultados Transitados e outras reservas: € 22'449'299,43
- Critério de equivalência patrimonial subsidiárias: € 82'116,00

Não se propõe distribuição de dividendos.

No ano em que BIAL - Portela C^a celebra o centésimo aniversário, é com especial satisfação e confiança que apresentamos os resultados e contas do exercício de 2023. A estrutura económica e financeira, os projetos em curso, os objetivos definidos, a par da confiança depositada pelos acionistas, são uma forte garantia do futuro de BIAL na entrada no novo século da sua vida. É com um enorme entusiasmo e empenho que continuaremos a disponibilizar os nossos medicamentos em dezenas de países e a vários milhões de pacientes em todo o mundo.

Trofa, 2024.03.15

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE BIAL HOLDING, S.A (EMPRESA-MÃE)

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

MELANIE LEE | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**





BIAL - PORTELA & Cª, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em euros			
DATAS			
ATIVO	Notas	2023.12.31	2022.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE :			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		12 358 625	12 406 207
Edifícios e outras construções		17 332 997	16 893 394
Equipamento básico		18 433 321	17 469 555
Equipamento de transporte		9 922	2 677
Equipamento administrativo		2 169 802	2 358 370
Outros ativos fixos tangíveis		285 241	189 181
Ativos fixos tangíveis em curso		11 140 545	7 540 658
Adiantamentos a fornecedores de investimento		632 551	3 049 559
	7	62 363 005	59 909 601
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		134 353 571	152 999 471
Propriedade industrial		2 838 496	3 088 499
Outros ativos intangíveis		2 422 223	215 737
Ativos intangíveis em curso		7 923 540	4 080 888
	7	147 537 831	160 384 596
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em empresas do grupo		128 173	210 289
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		357 226	569 724
	7	600 219	894 833
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	6	48 810 320	52 838 402
		48 810 320	52 838 402
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	10	5 954 263	6 800 000
		5 954 263	6 800 000
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20	68 889 118	77 384 890
Mercadorias	20	7 619 554	8 045 864
Produtos e trabalhos em curso	19	4 387 172	2 930 247
Produtos acabados e intermédios	19	7 672 303	5 740 162
		88 568 146	94 101 162
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Clientes	10	69 182 370	48 196 809
Estado e outros entes públicos	11	372 344	1 245 908
Outros créditos a receber	9	4 696 340	5 818 106
Outros ativos	12	5 451 108	7 680 806
		79 702 161	62 941 629
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	12	1 548 490	1 097 762
		1 548 490	1 097 762
Outros ativos financeiros	7	0	401 473
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		117	5 000 117
Depósitos à ordem		37 646 591	22 828 234
Caixa		21 977	32 190
	4	37 668 685	27 860 541
TOTAL DO ATIVO			
		472 753 119	467 229 998

BIAL - PORTELA & Cª, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em euros			
DATAS			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2023.12.31	2022.12.31
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	16	50 000 000	50 000 000
Reservas legais		9 059 079	8 973 079
Subsídios		20 611 613	23 008 709
Resultados transitados e outras reservas		111 810 439	110 497 707
Subtotal		191 481 131	192 479 495
Resultado líquido do exercício		23 308 105	1 709 873,58
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		214 789 236	194 189 369
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	25	1 789 158	550 339
Empréstimos obrigacionistas	13	41 785 714	30 000 000
Financiamentos obtidos	13	65 943 769	75 082 561
Passivos por impostos diferidos	6	1 477 472	1 567 803
Outras dívidas a pagar	6; 15	5 984 017	6 679 948
		116 980 130	113 880 651
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	49 661 561	48 011 963
Estado e outros entes públicos	11	1 195 109	1 820 661
Empréstimos obrigacionistas	13	33 214 286	52 500 000
Financiamentos obtidos	13	20 081 679	33 719 347
Fornecedores de investimentos	14	5 158 458	5 766 989
Outras dívidas a pagar	15	9 397 572	769 470
Outros passivos	12	22 275 088	14 826 679
		140 983 753	157 415 108
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer	12	0	1 744 870
		0	1 744 870
TOTAL DO PASSIVO			
		257 963 883	273 040 629
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			
		472 753 119	467 229 998



I. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em euros			
PERÍODOS			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas	17	238 838 461	213 921 907
Serviços prestados	17	34 757 230	18 696 069
Volume de negócios		273 595 690	232 617 976
Subsídios à exploração	18	12 326	3 070 262
Variação nos inventários da produção	19	2 767 293	-2 024 534
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-73 335 386	-64 809 775
Fornecimentos e serviços externos	21	-95 039 593	-99 393 372
Gastos com o pessoal	22	-35 197 222	-38 579 150
Perdas por imparidade	8; 25	-3 320 592	-97 072
Provisões	25	-926 109	73 784
Reversões	8; 25	237 482	87 247
Outros rendimentos	23	16 788 633	15 655 389
Ganhos/Perdas em empresas do Grupo	7	-82 116	35 601
Outros gastos	24	-18 065 455	-14 654 320
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		67 434 952	31 982 035
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-25 605 798	-24 319 921
Imparidade de ativos depreciaáveis/amortizáveis (perdas)/reversões	7; 25	2 394 973	1 362 556
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		44 224 127	9 024 670
Juros e rendimentos similares obtidos	26	195 701	564 136
Juros de empresas do grupo	26	-1 118 537	-217 410
Juros e gastos similares suportados	26	-6 187 117	-4 445 587
Resultado antes de impostos		37 114 174	4 925 809
Imposto corrente	6	-8 546 997	-504 000
Imposto diferido	6	-5 259 072	-2 711 935
Resultado líquido do período		23 308 105	1 709 874

II. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2022

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Posições no início do período 2022	50 000 000	8 902 910	342 647	24 381 584	-182 757	108 510 715	1 403 372	193 358 471
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		70 169				1 333 203	-1 403 372	0
	50 000 000	8 973 079	342 647	24 381 584	-182 757	109 843 918	0	193 358 471
Subsídios				-1 771 451				-1 771 451
Impostos diferidos				398 576	-143 390			255 186
Outras variações no capital próprio					637 289			637 289
	0	0	0	-1 372 875	493 899,06	0	0	-878 976
Resultado líquido do período							1 709 874	1 709 874
Resultado integral								830 898
Posição no fim do período 2022	50 000 000	8 973 079	342 647	23 008 709	311 142	109 843 918	1 709 874	194 189 369

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2023

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Posições no início do período 2023	50 000 000	8 973 079	342 647	23 008 709	311 142	109 843 918	1 709 874	194 189 369
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		86 000				1 623 874	-1 709 874	0
	50 000 000	9 059 079	342 647	23 008 709	311 142	111 467 792	0	194 189 369
Subsídios				-3 093 027				-3 093 027
Impostos diferidos				695 932	90 331			786 263
Outras variações no capital próprio					-401 473			-401 473
	0	0	0	-2 397 096	-311 142	0	0	-2 708 237
Resultado líquido do período							23 308 105	23 308 105
Resultado integral								20 599 867
Posição no fim do período 2023	50 000 000	9 059 079	342 647	20 611 613	0	111 467 792	23 308 105	214 789 236

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	282 414 528	266 642 003
Pagamentos a fornecedores	-189 247 111	-174 570 553
Pagamentos ao pessoal	-31 697 946	-37 034 298
Caixa gerada pelas operações	61 469 471	55 037 152
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-2 862 285	-1 152 931
	58 607 186	53 884 221
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	58 607 186	53 884 221
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-12 625 296	-17 850 602
Ativos intangíveis	-1 800 000	-3 962 528
Investimentos financeiros	0	-96 183
Outros ativos	0	0
Subsídios ao investimento	-476 186	-14 901 481
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	48 060	123 127
Outros ativos	0	0
Subsídios ao investimento	1 256 530	5 268 055
Juros e rendimentos similares	0	0
Dividendos	0	1 304 590
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-13 596 891	-16 981 541
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	264 193 854	86 750 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Juros e rendimentos similares	317 837	0
Outras operações de financiamento	6 600 000	271 111 692
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-92 732 805	-44 213 305
Juros e gastos similares	-3 509 148	-3 826 321
Dividendos		0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0
Outras operações de financiamento	-6 000 000	-97 921 501
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-1 171 501	-18 584 236
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	9 808 144	31 410 728
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 4)	27 860 541	-3 550 187
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 4)	37 668 685	27 860 541

V. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 2023.12.31

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL - PORTELA & Cª, SA tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede e instalações fabris no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2024.03.15.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, justificadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

As demonstrações financeiras da BIAL - Portela & CA., S.A. são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa-mãe, BIAL Holding, S.A., nas quais as sociedades referidas na Nota 29 **são também incluídas.**

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

A empresa adotou como custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente, na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Os ganhos resultantes da revalorização efetuada em 1 de janeiro de 2009 encontram-se refletidos em “outras reservas” devido ao facto de se tratar da adoção de um custo (custo considerado) na data de transição para as NCRF.

Subsequentemente, a empresa decidiu manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

2022 % anual	
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%

2023 % anual	
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo, pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição e apenas são amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

Os bens de valor inferior a € 1 000 são totalmente amortizados no próprio exercício de aquisição.

Imparidade

A empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a empresa estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos o custo de vender e o seu valor de uso) e reconhece a imparidade nos resultados do exercício sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o preço do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

b) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do rendimento ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos as amortizações e as perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Até 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não foram amortizados, embora testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indícios de que possam estar em imparidade. A partir de 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, são amortizados, no máximo, em dez anos e testados anualmente quanto à imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento..... 5%

Software-validações..... 33.33%

Propriedade industrial..... 5% - 33.33%

Encontram-se classificados como ativos, os projetos de desenvolvimento



BIA2 (medicamento antiepilético) e BIA9 (medicamento para a doença de Parkinson). Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Aptiom/Zebinix (despesas de investigação e desenvolvimento, respetivamente, para os EUA e Europa do medicamento antiepilético) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

b.1) Projetos de desenvolvimento

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando BIAL pode demonstrar:

- (a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- (b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- (c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- (d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- (e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- (f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de *licensing-out* é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA-2após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de *licensing-out* em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália. Em 2022, foram assinados acordos de distribuição para Israel.
- O investimento no medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de *licensing-out* celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça. Em 2022, foi assinado acordo de distribuição para Austrália. Em 2023 destaca-se a substituição do distribuidor nos EUA.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

Os gastos com o pessoal afeto aos projetos de desenvolvimento não são capitalizados.

b.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

b.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidos os gastos com as patentes registadas em nome de BIAL-Portela & C^a, S.A., relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

Sendo a mais relevante a licença da Apomorfina (Kynmobi).

b.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades externas.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas reconhecidas como ativo, com vida indefinida, são amortizadas.

c) Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

São valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial os investimentos em todas as subsidiárias (definindo-se como tal as entidades nas quais BIAL exerce controlo), associadas (definindo-se como tal as entidades nas quais BIAL exerça uma influência significativa) e empreendimentos conjuntos (definindo-se como tal as atividades económicas desenvolvidas em parceria com outras empresas, sujeitas a controlo conjunto, mediante um acordo contratual).

d) Outros Investimentos financeiros

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

e) Risco financeiro

No Grupo BIAL, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias-primas e aos fornecedores que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos em I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos a que o Grupo BIAL está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objetivo do Grupo BIAL é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável (ver Nota 31).

f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos pode estar em imparidade, tem em conta dados observáveis que chamam a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um “per si” para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base no risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

f.1) Acionistas

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos acima.

f.2) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p), sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

f.3) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;

- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos acima.

f.4) Caixa e bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de «Financiamentos obtidos» do balanço.

g) Imposto sobre o rendimento

g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa-mãe, BIAL Holding, S.A. e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 75% do respetivo capital (onde se inclui BIAL-Portela & C^a, S.A.) e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento, são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 1,5 M, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 7,5 M e de 9% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 35 M.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e seis anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos da empresa.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;

- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

As diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sempre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta nova regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

O referido limite é aumentado para 75% relativamente aos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

- Produtos acabados** - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.
- Produtos intermédios** - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.
- Produtos e trabalhos em curso** - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.
- Matérias-primas** - ao custo de aquisição, lote a lote.
- Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos)** - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.



I) Rubricas do capital próprio

I.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da BIAL-Portela & C^a, S.A. está realizado.

I.2) Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

I.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais variações de justo valor que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

I.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no art.º 32 e 33 do CSC.

I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados no capital próprio, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos e ganhos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial esta conta é reduzida:

- No que respeita a subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Em consequência das alterações do SNC o benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é, também, contabilizado em conformidade com a NCRF 27. Tivemos em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial, os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados em “outros ativos financeiros” ou “outros passivos financeiros”, consoante o caso e como não correntes ou como correntes, seguindo a mesma forma como o financiamento está apresentado no Balanço.

n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos estão mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. As restantes dívidas a pagar estão também mensuradas ao custo amortizado.

n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2023:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0,928	0,9318
GBP	0,8662	0,8697
USD	1,1038	1,1083
JPY	156,137	156,762
SEK	11,0416	11,0858
CAD	1,4614	1,489

2022:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0,9841	0,988
GBP	0,8823	0,8859
USD	1,0648	1,0691
JPY	140,448	141,011
SEK	11,1002	11,1446
CAD	1,441	1,4467

p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma, o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável o saldo a receber, é reconhecido como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos (“*milestones*”) que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o “*milestone*” é atingido. A contabilização dos *milestones* é efetuada de acordo com o *guidance* da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

q) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

r) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

r.1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

r.2) Subsídios ao investimento

Ver nota (I.5).

s) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados, determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (*Swap*).

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição de ativos intangíveis de projetos de desenvolvimento são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes gastos começa após o início das atividades de desenvolvimento do ativo e é interrompida quando os gastos com o projeto são transferidos de ativo em curso para ativo firme.

t) Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica refere-se à produção interna de medicamentos para uso em ensaios clínicos, sendo capitalizados em ativo intangível por contribuírem para o aumento do montante do projeto de desenvolvimento e são essenciais para testar a eficácia dos novos medicamentos capitalizados. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados, tendo por base a capacidade normal de produção.

u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as

alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, a empresa segue as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa, ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2022 e 2023 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.



Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

z) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.2. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

a) Reconhecimento de receitas de *licensing-out*

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“*milestones*”);

- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria-prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “*stand-alone value*” para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, analisando, por exemplo, se tem a contraparte a experiência interna e competências necessárias para desenvolver o produto candidato à comercialização sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “*milestone*” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir com os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o *milestone* ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do *milestone* ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-b. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica (normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento atinge a Fase III de ensaios clínicos) e quando ocorre a existência de contratos de *licensing-out*, constituindo evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

Ou seja, para além do estágio de desenvolvimento (Fase III) para a tomada de decisão de capitalização dos custos é também fundamental a existência de contratos de licenciamento que tornam prováveis a recuperação do valor inscrito no balanço.

Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O medicamento para a doença de Parkinson (ONgentys) encontra-se licenciado para o Japão desde 2013, tendo sido licenciado para os EUA em 2017. O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça iniciou-se em 2020. Em 2022 iniciou-se a comercialização na Austrália.

Fruto da estratégia de se tornar um parceiro europeu na área da neurociência, em 2022 a BIAL assinou um acordo de licenciamento exclusivo com a farmacêutica norte-americana Sunovion Pharmaceuticals Inc. (Sunovion), uma subsidiária da Sumitomo Dainippon Pharma Co., Ltd., para a comercialização do filme sublingual de apomorfina na União Europeia, Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.

A apomorfina sublingual é uma nova formulação da apomorfina em filme que se dissolve debaixo da língua para o tratamento agudo e intermitente dos períodos OFF da doença de Parkinson.

Nos termos do acordo estabelecido, a BIAL é responsável pelo processo de aprovação e submissão regulamentar, incluindo as interações com a Agência Europeia de Medicamentos. A BIAL perspetiva iniciar a sua comercialização em 2024.

Como parte do acordo, a Sunovion recebeu um pagamento inicial pela concessão da licença, decorrendo futuros pagamentos na sequência do processo de aprovação e comercialização deste medicamento, associado a volumes de vendas.

c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que BIAL opera. Ver ponto 3.1 a).

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido considerada para a sua determinação a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, foi necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, a previsão de vendas/*milestones* do BIA 28, bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor, menos o custo de vender, é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades em que não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compro-

misso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1 f).

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2023	2022
Numerário	21.977	32.190
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	37.646.591	22.828.234
Depósitos a prazo	117	5.000.117
Disponibilidades constantes do balanço	37.668.685	27.860.541
Caixa e seus equivalentes	37.668.685	27.860.541

A empresa possui, negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários no montante de € 28,9 M.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período

corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

6. Imposto sobre lucros

A BIAL – Portela & Cª, S.A. é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades (“RETGS”), o qual é liderando pela BIAL Holding, S.A.. As entidades que fazem parte do perímetro fiscal em 31 de dezembro de 2022 e 2023 são as seguintes:

- BIAL – Portela & Cª, S.A.
- BIAL Holding S.A.
- BIAL R&D Investments S.A.
- BIAL Consumer Health S.A.
- BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A.
- Sociedade Interbial - Produtos Farmacêuticos S.A.
- Medibial - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2020 a 2023, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

São reconhecidos impostos diferidos, cujo apuramento se resume a seguir:

Diferença Temporária	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
Dr/(Cr)				
Saldo 31 de dezembro de 2022				
Reavaliação livre de terrenos	6.583.250	0	-1.477.472	-1.477.472
Ajustamentos e provisões (b)	14.534.596	3.270.283	0	3.270.283
Instrumentos financeiros	-401.472,84	0	-90.330	-90.330
Créditos fiscais – Portugal (a)	49.568.119	49.568.119	0	49.568.119
		52.838.401	-1.567.802	51.270.599
Movimento do ano, líquido				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões (b)	9 783 328	2 201 249	0	2 201 248
Créditos fiscais (a)	-7 460 321	-7 460 321	0	-7 460 321
Subtotal (1)		-5 259 072	0	-5 259 073
Sem impacto na DR				
Instrumentos financeiros	401 473	0	90 330	90 330
Créditos fiscais CDT (a)	1 230 990,39	1 230 990	0	1 230 990
Subtotal (2)		1 230 990	90 330	1 321 321
Total (1)+(2)		-4 028 081	90 330	-3 937 752
Saldo 31 de dezembro de 2023				
Reavaliação livre de terrenos	6 583 250	0	-1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões (b)	24 317 924	5 471 531	0	5 471 531
Instrumentos financeiros	0	0	0	0
Créditos fiscais – Portugal (a)	43 338 789	43 338 788	0	43 338 788
		48 810 320	-1 477 472	47 332 848

- a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2023, acerto crédito fiscal de 2021 e 2022 e write-off da maior parte do IDA relativo ao SIFIDE de 2016, atualizando-se o montante que é expectável recuperar.
- b) Imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética, assim como do projeto BIA12 (nota 7). Adicionalmente imparidade de outras contas a receber, provisões e imparidade de inventários.

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente		Montante
Imposto corrente:		
Resultado antes de impostos		37 114 174
Diferenças permanentes		1 769 595
Diferenças temporárias		9 353 291
Resultado tributável		48 237 060
Utilização de prejuízos fiscais		0
Matéria Coletável		48 237 060
Taxa de imposto		0,21
	Coleta	10 129 783
Derrama estadual		2 746 335
	Coleta total	12 876 118
Utilização de crédito fiscal - SIFIDE		-4 334 991
Utilização de crédito fiscal – CDT		-1 220 153
Tributações autónomas e derrama		1 226 023
	(I) Imposto corrente	8 546 997
Imposto diferido:		
Movimento no período		5 259 072
	(II) Imposto diferido	5 259 072
	Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)	13 806 070

A empresa está a limitar o consumo de créditos fiscais ao máximo que pode ser utilizado ao nível do RTGS.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais existentes (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	3 394	2024
SIFIDE	2015	8 558	2025
SIFIDE	2016	7 958	2026
SIFIDE	2017	7 362	2027
SIFIDE	2018	9 485	2028
SIFIDE	2019	6 854	2029
SIFIDE	2020	5 441	2030
SIFIDE	2021	7 751	2030
SIFIDE (*)	2022	4 889	2030
SIFIDE (*)	2023	4 620	2031
TOTAL		66 311	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2023, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 66,3 M, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais no mesmo montante. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 42,1 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais (cenário conservador).

7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos)

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

a) Ativo bruto

2023				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.406.207	0	-47.582	12.358.625
Edifícios e outras construções	34.551.676	780.656	133.817	35.466.150
Equipamento básico	42.394.088	392.188	187.789	42.974.065
Equipamento de transporte	123.389	10.721	-4.431	129.679
Equipamento administrativo	12.993.415	243.495	195.819	13.432.730
Outros ativos fixos tangíveis	1.673.510	113.065	1.094	1.787.669
Imobilizações em curso	7.540.658	4.889.343	-1.289.456	11.140.545
Adiantamentos a fornecedores de investimento	3.049.559	1.112.015	-3.529.022	632.551
	114.732.502	7.541.484	-4.351.972	117.922.015
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	349.890.070	218.687	0	350.108.757
Propriedade industrial	37.529.931	765.281	56.000	38.351.212
Outros ativos intangíveis	712.246	57.406	2.149.081	2.918.732
Ativos intangíveis em curso	4.629.404	4.416.716	-59.610	8.986.511
	392.761.651	5.458.090	2.145.471	400.365.212
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	210.289	0	-82.116	128.173
Empréstimos a empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	114.820	0	0	114.820
Outras aplicações financeiras	569.725	41.817	-254.315	357.227
	894.833	41.817	-336.431	600.219
TOTAIS	508.388.987	13.041.391	-2.542.932	518.887.446

Após o forte investimento de 2022 na ampliação das estruturas de produção e armazenagem, bem como a nova fábrica de antibióticos, edifício social e administrativo, em 2023 o investimento total ascendeu a € 7,5 M, sendo os montantes mais relevantes relativos à obra de melhoria da área de aviamento e amostragem (€ 3M), à finalização de algumas obras no

edifício social e da sede (€ 0,8M) e equipamento produtivo (€ 0,4M). Os aumentos no ativo intangível incluem, essencialmente, investimento de cerca de € 0,7 M em Propriedade Industrial no medicamento para a doença de Parkinson (Ongentys), de € 4,2 M relativos ao acordo de licenciamento da apomorfina.

As Partes de Capital são constituídas pelos seguintes investimentos:

- € 24 940 no Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET);
- € 49 880 na Escola de Gestão do Porto (EGP), atual Porto Business School;
- € 15 000 na COTEC Portugal
- € 25 000 Fundação AEP

A diminuição em “Outras Aplicações Financeiras” refere-se a verbas relativas para o Fundo de Compensação do Trabalho, tendo os reforços de FCT terminado em abril de 2023, de acordo com a legislação em vigor.

2022				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.406.207	0	0	12.406.207
Edifícios e outras construções	24.176.083	0	10.375.593	34.551.676
Equipamento básico	33.149.260	745.500	8.499.327	42.394.088
Equipamento de transporte	123.389	0	0	123.389
Equipamento administrativo	11.299.035	777.039	917.341	12.993.415
Outros ativos fixos tangíveis	1.670.805	19.611	-16.906	1.673.510
Imobilizações em curso	9.458.841	14.088.424	-16.006.607	7.540.658
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2.440.887	4.482.373	-3.873.701	3.049.559
	94.724.507	20.112.947	-104.952	114.732.502
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	349.278.617	611.453	0	349.890.070
Propriedade industrial	36.894.211	632.780	2.940	37.529.931
Outros ativos intangíveis	512.155	200.091	0	712.246
Ativos intangíveis em curso	3.497.906	1.145.350	-13.852	4.629.404
	390.182.889	2.589.674	-10.912	392.761.651
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	174.688	35.601	0	210.289
Empréstimos a empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	114.820	0	0	114.820
Outras aplicações financeiras	473.221	96.504	0	569.725
	762.729	132.104	0	894.833
TOTAIS	485.670.125	22.834.725	-115.864	508.388.987

b) Depreciações

RUBRICAS	2023			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	17.658.283	721.325	-246.455	18.133.153
Equipamento básico	24.924.532	1.371.132	-1.754.920	24.540.743
Equipamento de transporte	120.712	1.722	-2.677	119.757
Equipamento administrativo	10.635.045	645.827	-17.944	11.262.928
Outros ativos fixos tangíveis	1.484.330	20.493	-2.394	1.502.429
	54.822.902	2.760.499	-2.024.391	55.559.010
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	183.238.990	21.139.855	0	204.378.845
Propriedade industrial	33.022.888	1.705.443	0	34.728.331
Outros ativos intangíveis	496.509	0	0	496.509
	216.758.386	22.845.299	0	239.603.685
TOTAIS	271.581.288	25.605.798	-2.024.391	295.162.695

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepilética adjuvante, “monoterapia” e pediatria (€ 5 379 628, € 7 328 640 e € 2 146 461, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3 954 873), cuja comercialização se iniciou em 2016.

RUBRICAS	2022			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF.E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	17.088.269	571.651	-1.636	17.658.283
Equipamento básico	24.142.894	837.192	-55.555	24.924.532
Equipamento de transporte	119.604	1.108	0	120.712
Equipamento administrativo	10.297.673	367.177	-29.805	10.635.045
Outros ativos fixos tangíveis	1.478.637	17.241	-11.547	1.484.330
	53.127.077	1.794.369	-98.544	54.822.902
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	162.172.018	21.066.971	0	183.238.990
Propriedade industrial	31.575.219	1.458.581	-10.912	33.022.888
Outros ativos intangíveis	496.509	0	0	496.509
	194.243.746	22.525.552	-10.912	216.758.386
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	0	0	0	0
	0	0	0	0
TOTAIS	247.370.823	24.319.921	-109.455	271.581.288

c) Imparidades em ativos intangíveis

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	RECLASS	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	13.651.609	0	627.238	2.902.505	11.402.293
Propriedade industrial	1.418.545	0	-627.238	6.922	758.434
Em curso	548.516	514.454	0	0	1.062.970
TOTAL	15.618.670	514.454	0	2.909.427	13.223.697

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 5 801 094 e € 5 575 148, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

Em 2022, a BIAL decidiu descontinuar os projetos de investigação BIA12, BIA19 e BIA25. Foi registada uma perda por imparidade, que em 2023 ascende a € 1 306 950.

Em 2023, foram ainda constituídas imparidades para os projetos BIA21 e Anamorelin, cujos montantes são € 386 354 e € 128 100, respetivamente.

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto – 8,13% (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela Administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

d) Participações financeiras

As Participações financeiras encontram-se assim distribuídas:

Sociedade	Sede	Participação	Capital Próprio	Resultado em 2023	Valor de Balanço 2022	Valor de Balanço 2023
Medimport	Moçambique	7,5%	MZM 224 391 548	MZM 39 819 376	228 660	228 660
BIAL Angola	Angola	33%	AKZ -278 925 450	AKZ -249 005 490	-18 372	-100 488
TOTAL					210 289	128 173

Os movimentos em investimentos financeiros empresas do grupo foram os seguintes:

Saldo em 1 de janeiro de 2022	210 289
Aplicação do método da equivalência patrimonial - perda Bial-Angola	-82 116
Total	128 173

e) Outros ativos financeiros – ativo corrente

O montante em “Outros ativos financeiros” refere-se, em 2022, ao justo valor do SWAP taxa fixa, instrumento de cobertura.

Os ativos incluídos nesta rubrica venceram a outubro de 2023, pelo que o montante á data de fecho é zero.

f) Outra informação

Os ativos fixos tangíveis estão totalmente afetos à produção, comercialização e promoção de especialidades farmacêuticas, atividade a que a empresa se dedica. O valor de ativos tangíveis em poder de terceiros é nulo e não há ativos tangíveis localizados no estrangeiro.

8. Imparidades (Ativos correntes)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Existências:				
Matérias-primas	404.723	2.300.0001)	0	2.704.723
Mercadorias	8.384	0	0	8.384
Produtos e trabalhos em curso	485.816	0	0	485.816
Produtos acabados e intermédios	9.696	0	0	9.696
Subtotal	908.620	2.300.000	0	3.208.620
Dívidas de Terceiros:				
Clientes c/c	639.810	9.342.649 2)	-237.482	9.744.977
Produtos e trabalhos em curso	228.070	312.710	0	540.780
Outros créditos a receber	34.108	0	0	34.108
Subtotal	673.918	9.655.359	-237.482	10.319.865
TOTAL	1.582.538	11.955.359	-237.482	13.528.485

1) Numa ótica de prudência foi registada em 2023 uma perda de imparidade no montante de 2,3M€, para o valor de acetato de eslicarbazepina do fornecedor Siegfried, cujo processo de registo foi entregue em 2023 à Agência Europeia do Medicamento, estando pendente de aprovação.

2) Inclui € 8,6M relativos ao valor a receber da Neurocrine - ver nota 34. Na apresentação da demonstração de resultados foi efetuada a compensação da imparidade com o respetivo proveito.

9. Outros créditos a receber

	2023	2022
Empresas do grupo (nota 29)	426.731	1.128.742
Adiantamentos a fornecedores	1.874.164	3.321.754
Cauções processos judiciais	324.000	0
Outros	2.071.445	1.367.610
Curto prazo sem imparidade	4.696.340	5.818.106

Está constituída uma imparidade de € 34 108 (2022: € 34 108).

10. Clientes

	2023	2022
Médio e longo prazo:		
BIAL SA	1.500.000	1.800.000
BIAL Itália	4.454.263*	5.000.000
	5.954.263	6.800.000
Curto prazo:		
Clientes armazenistas	3.326.763	1.553.511
Clientes laboratórios	4.972.479	4.105.520
Clientes estrangeiros	27.841.174	17.055.558
Clientes hospitalares, clínicas e outros	63.044	229.567
Cientes Grupo	42.723.887	25.892.465
	78.927.343	48.836.620
Total sem imparidade	84.881.606	55.636.620
Total Clientes	75.136.633	54.996.809

*Saldo ao custo amortizado com uma taxa de desconto de 2,87%

No final de 2023 foi celebrado um contrato de factoring grupado, sem recurso, tendo sido adiantados € 14,4 M (2022: € 5,7M).

Está constituída uma imparidade de € 9 744 977 relativamente a clientes (2022: € 639 810). Ver nota 8.

Encontra-se registado o valor a receber referente ao licenciamento do ON-gentys para os mercados suíço e italiano, licenciamento válido pelo prazo de 20 anos, com os seguintes planos de pagamento (em €):

	2024	2025	2026	2027	2028
BIAL SA	300.000	300.000	600.000	600.000	
BIAL Itália			1.500.000	1.500.000	2.000.000
	300.000	300.000	2.100.000	2.100.000	2.000.000



A antiguidade de dívida da Medimport a BIAL-Portela & Cª, S.A. é a seguinte:

Ano	Não vencido	< 6 meses	6 meses até 12 meses	1 ano até 2 anos	>2 anos	TOTAL
2023	956.576	2.895.580	5.617	-1.693	600.062	4.456.142
2022	1.228.418	395.131	0	3.338	1.648.586	3.275.473

11. Estado e outros entes públicos

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC	1.250	-281.071	0	502.750
IRS	0	496.767	0	552.324
IVA	371.094	278.372	1.245.908	52.864
Segurança Social	0	637.064	0	659.037
Outros	0	63.978	0	53.686
TOTAL	372.344	1.195.109	1.245.908	1.820.661
TOTAL	1 245 908	1 820 661	2 208 934	4 040 481

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

12. Diferimentos e acréscimos

a) Ativos

	2023	2022
Curto prazo:		
Outros ativos	5.451.108	7.680.806
Gastos a reconhecer	1.548.490	1.097.762
TOTAL	6.999.598	8.778.568

O saldo de outros ativos (acréscimos de rendimento) inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento de € 4,2 M (2022: € 4,2 M), bem como acréscimo de rendimentos de fees referentes a promoção de medicamentos no valor de € 1,3 M para a Glaxo, Takeda e UCB (2022: € 2,1 M) de 2023 a serem faturados em 2024.

Na rubrica de gastos a reconhecer encontram-se registados diversos valores já pagos, mas referentes ao exercício de 2024.

b) Passivos

Outros Passivos	2023	2022
Remunerações a liquidar	7.008.539	5.120.655
Juros a liquidar	1.252.184	664.327
Outros acréscimos de gastos	14.014.364	9.041.697
TOTAL	22.275.088	14.826.679

Os acréscimos de juros a liquidar referem-se maioritariamente a juros intra-grupo ainda não faturados pelas entidades.

O saldo de outros acréscimos de gastos corresponde essencialmente a:

- documentos datados de 2024 relativos a gastos ocorridos em 2023 num total de € 3,2 M;
- responsabilidades com empresas do grupo relativas 2023 no montante de € 1,5 M (nota 29);
- montantes relativos a sick funds* no mercado alemão, cerca de € 3,4 M (2022: € 2,7 M), assim como valor a pagar no âmbito das vendas de Edistride e Ebymect, de € 4,2 M (2022: € 1,2 M).

*Descontos acordados com entidades que fazem garantir o acesso mais fácil e económico a Zebinix por parte do utente.

Rendimentos a reconhecer

Esta rubrica inclui em 2022 rendimentos a reconhecer referentes ao Portugal 2020 (€ 1 744 870).

13. Financiamentos obtidos

	Curto Prazo 2023	Médio Longo Prazo 2023	TOTAL 2023	TOTAL 2022
Descoberto bancário	0	0	0	0
Financiamentos bancários	15.658.827	42.321.429	57.980.256	72.538.534
Empréstimos empresas do Grupo	3.000.000	15.939.060	18.939.060	28.244.545
Empréstimo obrigacionista	33.214.286	41.785.714	75.000.000	82.500.000
Subsídios reembolsáveis	1.422.852	7.683.280	9.106.132	8.018.829
TOTAL	53.295.965	107.729.483	161.025.448	191.301.907

A empresa possui, negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários no montante de € 28,9 M.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- €30 000 000 (Explorer), com maturidade em 2024;
- €45 000 000 (C2 Capital), com maturidade em 2030.

Adicionalmente em 2023 foi celebrado um contrato de € 30 M com a EXPLORER INVESTMENTS – SCR, S.A. sob a forma de obrigações, estando prevista a sua emissão até ao final do primeiro trimestre de 2024;

Relativamente aos Financiamentos bancários a sua decomposição é a seguinte:

- € 32M em PPC, com vencimento em até 2028 (dos montante utilizados)
- € 25,5M em Mútuos com vencimento até 2027

As principais garantias e condições dos contratos com os bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na Nota 33.

Outras condições:

- *Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;*
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

A maturidade dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo é a seguinte:

	Financiamentos Bancários	Banco Europeu de Investimentos	Empréstimos empresas do Grupo	Empréstimo obrigacionista	Subsídios reembolsáveis	TOTAL
2024	15.658.827	3.000.000	33.214.286	1.422.852	53.295.965	41 121 065
2025	16.119.048	482.373	3.214.286	484.510	20.300.216	91 063 243
2026	15.369.048	1.856.687	3.214.286	1.197.162	21.637.183	18 478 683
2027-2030	10.833.333	13.600.000	35.357.143	6.001.608	65.792.084	32 018 069
TOTAL	57.980.256	18.939.060	75.000.000	9.106.132	161.025.448	182 681 060

14. Fornecedores

Fornecedores correntes – corresponde, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

Os saldos com empresas do grupo a 2023.12.31 ascendem a € 18 210 221 (ver nota 29).

15. Outras dívidas a pagar

	2023	2022
Médio e longo prazo:		
Subsídios - imposto diferido a pagar	5.984.017	6.679.948
Curto prazo:		
Empresas do Grupo RETGS (nota 29)	8.546.997	-
Outros	850.575	769.470
TOTAL	15.381.589	7.449.418

São registados em “Outras Dívidas a Pagar”, os impostos diferidos passivos, calculados sobre subsídios não reembolsáveis, de acordo com FAQ da CNC.

16. Capital Subscrito

O capital subscrito de BIAL - Portela & Cª, SA está representado por 10 000 000 ações ao portador de valor nominal de 5 euros, estando integralmente realizado.

Em 2012, o capital subscrito foi aumentado de € 43 500 000 para € 50 000 000 por escritura pública realizada em 8 de janeiro de 2012.

À data de 31.12.2023, a BIAL Holding, S.A. detém 100% do Capital.

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 23 308 104,60 seja afeto a:

- Reservas legais 940 921,17
- Critério da equivalência patrimonial aplicado às subsidiárias -82 116,00
- Resultados transitados 22 449 299,43

17. Vendas e serviços prestados

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços distribui-se como segue:

	2023	2022
Mercado interno	89.767.342	89.222.056
- Vendas	72.024.991	74.897.187
- Prestação de serviços	17.742.351	14.324.869
Mercado externo	183.828.348	143.395.920
- Vendas	166.813.470	139.024.720
- Prestação de serviços	17.014.878	4.371.200
TOTAL	273.595.690	232.617.976

As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

No mercado externo, a Prestação de Serviços diz essencialmente respeito à cobrança de *royalties* à Novipharma (Nota 29). Adicionalmente, em 2023 foi alcançado um acordo de distribuição nos Estados Unidos da América, com a entidade Amneal, que no corrente ano gerou uma receita de € 11,3 M em *milestones*.

18. Subsídios à exploração

Até 2022, incluía a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos.

Em 2023 não existe nenhum projeto aprovado.

19. Demonstração da variação da produção

MOVIMENTOS	PROD. ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL	2022
Existências finais	7.681.999	4.872.988	12.554.987	9.165.921
Regularização de existências	-988.691	366.918	-621.773	-614.460
Existências iniciais	-5.749.858	-3.416.063	-9.165.921	-10.575.995
Aumento/(Redução) no ano	943.451	1.823.842	2.767.293	-2.024.534

20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2022
Existências iniciais	77.789.614	8.054.248	85.843.862	75.336.022
Compras	31.611.982	36.859.041	68.471.022	77.304.181
Regularização existências	178.349	-1.936.067	-1.757.719	-1.986.566
Existências finais	-71.593.841	-7.627.938	-79.221.779	-85.843.862
Custos no exercício	37.986.103	35.349.283	73.335.386	64.809.775

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2023, é de € 6 425 809 (2022: € 21 170 531).

21. Fornecimentos e serviços externos

	2023	2022
Trabalhos especializados (ver nota 29)	68.598.580	58.498.477
Publicidade e propaganda	9.563.901	12.222.435
Honorários	4.156.866	13.898.053
Rendas e alugueres (ver nota 30)	2.213.366	2.345.371
Deslocações e estadas	1.519.564	1.214.495
Combustíveis	1.080.354	1.565.930
Conservação e reparação	1.020.695	881.250
Comissões	964.621	850.789
Subcontratos	955.570	1.852.934
Transportes de mercadorias	862.028	1.145.046
Materiais	626.274	802.078
Eletricidade	562.726	952.646
Seguros	130.884	208.663
Comunicação	92.145	113.510
Royalties	82.862	162.341
Outros	2.609.157	2.679.353
TOTAL	95.039.593	99.393.372

O valor de trabalhos especializados decorre essencialmente das atividades de I&D

O valor relativo a partes relacionadas ascendeu a € 33 323 168 (ver nota 29).

22. Gastos com o pessoal

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	2.647.430	2.397.008
Remunerações do pessoal	24.373.566	25.677.122
Encargos sociais	5.309.387	6.238.035
Indeminizações	1.452.706	2.967.549
Outros gastos com pessoal	1.414.133	1.299.436
TOTAL	35.197.222	38.579.150

O número médio de empregados em 2023 foi de 388 (2022: 437). Em 31.12.2023 o número de empregados era de 383 (2022: 419).

23. Outros rendimentos

	2023	2022
Rendimentos suplementares (ver nota 29)	10.101.862	9.887.727
Imputação de subsídios para investimentos	3.660.222	3.457.101
Diferenças de câmbio favoráveis	2.386.588	1.086.790
Vendas de imobilizado	19.430	1.158.875
Descontos p.p. obtidos	8.372	6.229
Outros	612.159	58.667
TOTAL	16.788.633	15.655.389

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

24. Outros gastos

	2023	2022
Impostos	4.848.729	3.418.677
Donativos	4.474.191	2.041.375
Diferenças cambiais	2.628.261	1.794.441
Perdas em inventários	2.140.787	465.407
Despesas de propriedade industrial	1.313.737	1.292.007
Multas e penalidades	412.855	3.538
Descontos de p.p. concedidos	339.673	344.807
Correções relativas a exercícios anteriores	317.069	8.497
Quotizações	216.374	216.029
Ofertas e amostras de inventários	117.650	72.224
Insuficiência de estimativa para imposto	90.319	78.860
Gastos suportados com dupla tributação	72.405	66.028
Gastos com desenvolvimento de mat. prima	0	2.309.045
Término do contrato PHARMARON	0	2.283.458
Custo descontinuação BIA 5	0	170.535
Outros	1.093.404	89.390
TOTAL	18.065.455	14.654.320

Do total do montante incluído em Impostos, € 4,7 M são referentes à cobrança da taxa da Indústria Farmacêutica, que incide sobre as transações de medicamentos em território nacional. Já nos Donativos, incluem-se principalmente os donativos efetuados à Fundação BIAL.

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo. O aumento verificado em 2023 é justificado pelo abate de stock de Zomarist, no valor de € 1,7 M.

As correções relativas a períodos anteriores referem-se a acertos ao FCT em 2023, ano em que as contribuições para este fundo terminaram, conforme referido no ponto 7, a).

Com o encerramento financeiro do Projeto 130, referente a um subsídio à exploração, cerca de € 1,1 M não foram considerados elegíveis

25. Imparidades, reduções de justo valor, reversões e provisões

	2023	2022
Imparidade para inventários (nota 8)	-2.300.000	-7.604
Imparidade para clientes (nota 8)	-1.020.592	-89.468
Perdas por imparidade	-3.320.592	-97.073
Provisões 3)	-1.248.378	0
Perdas por imparidade	-1.248.378	-97.073
(Imparidade) / Reversão para BIA 2 (nota 7)	2.275.268	2.275.268
(Imparidade) / Reversão para BIA 5 (nota 7)	502.688	502.688
(Imparidade) / Reversão para BIA12, BIA19 e 25 (nota 7)	124.549	-1.431.499
(Imparidade) / Reversão para BIA21 (nota 7)	-386.354	0
(Imparidade) / Reversão para Anamorelin (nota 7)	-128.100	0
(Imparidade) / Reversão da imparidade para patentes (nota 7)	6.922	16.099
Ativos depreciables/amortizáveis	2.394.973	1.362.556
Reversão da imparidade para inventários (nota 8)	0	50.728
Reversão da imparidade para clientes (nota 8)	237.482	36.518
Reversão da provisão para devolução de clientes	0	73.784
Reversão da imparidade para compromissos assumidos - BIA5	322.269	73.784
Reversões	559.752	161.030

³⁾ Inclui € 0,7 M para custos legais associados ao processo mencionado na nota 34.

O total da provisão para devolução de clientes, registada no balanço, à data de 2023.12.31, ascende a € 540 780 (2022: € 228 070).



26. Juros e rendimentos/gastos similares

	2023	2022
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	5.823.469	4.133.263
Juros empresas do Grupo (Nota 29)	572.850	217.410
Outros gastos financeiros Grupo (Nota 29)	623.668	0
Outros custos e perdas financeiros	363.648	312.324
	7.383.586	4.662.998
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	195.701	564.136
Outros ganhos financeiros Grupo (Nota 29)	77.931	0
	273.633	564.136
Resultados financeiros	-7.109.953	-4.098.862

27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	3 393 846
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8 557 599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7 957 819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7 361 819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9 484 841
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	6 853 788
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	5 441 454
- Crédito fiscal de 2021 de investigação e desenvolvimento	7 750 749
- Crédito fiscal de 2022 de investigação e desenvolvimento	4 889 333
- Crédito fiscal de 2023 de investigação e desenvolvimento	4 619 768
Saldo a Transitar	66 311 017

Nota: Os créditos fiscais de 2023 e 2022 estão pendentes de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

28. Investimentos em investigação e desenvolvimento

	2023	2022
Projetos de I&D (ativo intangível)	127.588	326.098
Ativo tangível	98.811	721.750
Gastos com pessoal	9.820.911	13.457.001
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	30.819.169	27.411.720
Outros Gastos	0	170.535
Investimento total	40.866.479	42.087.103

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes investimentos, gastos e ganhos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2023	2022
Amortizações	21.717.478	21.606.343
Imparidade / (Reversão) – BIA2	-2.275.268	-2.275.268
Imparidade / (Reversão) – BIA5	-502.688	-502.688
Imparidade / (Reversão) – BIA5	-124.549	1.431.499
Imparidade / (Reversão) – BIA12, BIA19 e BIA 25	386.354	0
Outros rendimentos (Empresas do grupo – BIA28)	-2.651.367	-1.658.085
Prestação de serviços (milestones) – BIA 9	-12.048.775	0
Total	4.501.184	18.601.801

29. Saldos e transações com empresas do grupo

DESCRIÇÃO	SALDOS DE BALANÇO									
	Clientes		Fornecedores		Outros créditos a receber e Outros ativos		Outras dívidas a pagar e Outros passivos		Financiamentos obtidos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
EMPRESA	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
MediBIAL	376 306	-	418 673	51 074	-	-	435 000	165 000	-	-
BIALport	363 657	-	604 352	404 234	-	-	305 000	125 000	-	-
InterBIAL	288 378	-	242 025	123 096	-	-	375 000	280 000	-	-
BIAL Consumer Health	39 313	15 904	41 394	-	-	-	23 500	-	-	-
BIAL Holding	12 292	-	6 981 034	6 285 516	-	-	8 546 997	-	19 140 021	28 244 879
BIAI RD	4 501 066	2 039 906	65 975	-	-	-	-	-	-	-
BIAL Espanha (nota 10)	16 863 241	3 633 902	5 678 891	18 959	-	-	371 522	-	-	-
Novipharma	1 808 409	3 492 020	45 000	1 096 009	73 346	-	-	239 577	-	-
BIAL Itália	16 689 608	17 534 742	1 482 114	-	-	300 000	-	-	-	-
BIAL UK	446 795	126 882	727 520	1 204 049	-	-	15 092	7 892	-	-
BIAL DE	591 008	222 072	1 141 033	1 382 800	-	-	-	37 529	-	-
Bial SA	2 241 937	2 351 564	-	-	-	-	-	-	-	-
BIAL Biotech	-	-	730 928	225 224	-	-	-	-	-	-
BIAL Angola	-	-	-	-	426 731	670 268	-	-	-	-
BIAL América Latina	-	-	4 783	-	-	158 473	-	109 599	-	-
Medimport	4 456 142	3 275 473	46 500	34 000	-	-	-	-	-	-
Total saldos do grupo	48 678 150	32 692 465	18 210 221	10 824 960	500 077	1 128 742	10 072 111	964 597	19 140 021	28 244 879
Total da Rubrica	75 136 633	54 996 809	49 661 561	48 011 963	10 147 447	13 498 912	37 656 677	22 276 097	161 025 448	191 301 907

Parte do saldo de clientes de BIAL Itália e BIAL S.A. é de médio longo prazo (nota 10).

O empréstimo da BIAL Holding, S.A. é remunerado às condições de mercado à data.

RUBRICAS	TRANSAÇÕES - RENDIMENTOS							
	Vendas		Serviços prestados		Juros e rendimentos financeiros empresas Grupo		Outros rendimentos e ganhos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
EMPRESA	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Bial Holding	-	-	-	-	-	-	9.994	9.110
MediBIAL	-	-	-	-	-	-	368.644	148.622
BIALport	-	-	-	-	-	-	360.277	592.657
InterBIAL	-	-	-	-	-	-	280.259	255.803
BIAL Consumer Health	-	-	-	-	-	-	34.437	65.012
BIAL RD	-	-	-	-	-	-	2.651.367	1.667.253
BIAL Itália	7.603.710	6.785.077	-	-	77.931	-	1.601.875	1.198.596
BIAL Espanha	39.144.158	30.808.788	-	-	-	-	3.254.409	3.575.538
Novipharma	270.459	5.883.258	4.779.539	4.346.865	-	-	95.201	126.463
Bial SA (Suíça)	752.856	883.093	-	-	-	-	304.443	288.297
BIAL UK	-	-	-	-	-	-	306.471	547.321
BIAL DE	28.404	-	-	-	-	-	562.604	974.706
BIAL Angola	-	-	-	-	-	-	-	-
BIAL América Lat.	-	-	-	-	-	-	-	-
Medimport	5.453.836	3.612.912	-	-	-	-	-	-
Total Emp. Grupo	53.253.423	47.973.128	4.779.539	4.346.865	77.931	0	9.829.981	9.449.377
Total da Rubrica	238.838.461	213.921.907	34.757.230	18.696.069	273.633	564.136	16.788.633	15.655.389

RUBRICAS	TRANSAÇÕES - RENDIMENTOS							
	Vendas		Serviços prestados		Juros e rendimentos financeiros empresas Grupo		Outros rendimentos e ganhos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
EMPRESA	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
MediBIAL	3.405.456	1.494.100	-	-	-	-	-	-
BIALport	3.035.876	4.917.969	-	-	-	-	-	-
InterBIAL	2.636.328	2.532.876	-	-	-	-	-	-
BIAL Consumer Health	241.546	532.194	-	-	-	-	-	-
BIAL Holding	668.709	596.029	-	-	507.323	217.410	-	-
BIAL Espanha	3.873.526	-	10.080	-	-	-	561.270	-
BIAL Itália	1.482.114	-	-	-	623.668	-	-	-
Novipharma	60.000	60.000	3.320.277	2.392.605	-	-	-	-
Bial SA (Suíça)	0	-	-	-	-	-	-	-
BIAL DE	10.420.999	9.399.571	-	-	-	-	-	-
BIAL UK	4.737.013	4.847.561	-	-	-	-	-	-
Medimport	12.500	12.500	-	-	-	-	-	-
BIAL Angola	1.779.078	1.707.833	-	-	-	-	-	-
BIAL Biotech	523.797	224.844	-	-	-	-	-	-
BIAL RD	-	-	-	-	65.478	-	-	-
BIAL América Lat.	446.225	837.029	-	-	-	-	-	-
Total Emp. Grupo	33.323.168	27.162.507	3.330.357	2.392.605	1.196.468	217.410	561.270	0
Total da Rubrica	95.039.593	99.393.372	68.471.022	77.304.181	7.383.586	4.662.998	18.065.455	14.654.320

30. Locações

a) Locações financeiras

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 14.

b) Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

O valor registado em custos do ano relativo a locações operacionais foi de € 1 835 866 (2022: €1 966 840).

31. Risco Financeiro

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuarem em função de alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de taxa de juro, risco cambial e outros riscos de preços.

- Risco de taxa de Juro

A empresa acompanha a evolução das taxas de juro de mercado, efetuando coberturas através de contratação de taxa de juro fixa, sempre que oportuno, com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variação de taxas de juro.

- Risco de câmbio

A empresa está exposta ao risco de câmbio, na medida em que parte das suas receitas e despesas são realizadas em moeda estrangeira.

Para além da utilização da cobertura natural em recebimentos/pagamentos, celebraram-se também contratos *forward* para os valores excedentários, diminuindo assim a exposição da empresa ao mercado.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, mas sem expressão relevante, tal como a seguir indicado:

Fornecedores de investimento:

Moeda	Montante
AUD	3 565
GBP	18 832
JPY	458 569
USD	74 958

Fornecedores:

Moeda	Montante
AUD	21 555
CAD	3 842
CHF	234 677
GBP	1 490 388
JPY	29 351 160
SEK	63 000
USD	7 527 808

Outras contas a pagar:

Moeda	Montante
GBP	5 875

Clientes:

Moeda	Montante
USD	15 169 183

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação recolhida internamente (área comercial) e externamente, na qual se define a aprovação do crédito a conceder.

A Direção Financeira efetua o controlo dos *plafonds* estabelecidos.

A empresa tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e tem também políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso os clientes.

É feita uma avaliação de risco dos clientes, nomeadamente recorrendo a ratings de crédito e sempre que exista um risco moderado ou alto é efetuada a contratação de seguro de crédito.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que

seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos. Num eventual contexto de crise financeira, com maior restrição de acesso ao crédito, e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, BIAL pode ficar exposto a este risco.

Outros riscos operacionais

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e comparticipações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de agosto).

Por outro lado, destaca-se a metodologia de determinação de preços de venda ao público, com base na definição de países de referência.

Os custos do SNS com o reembolso de medicamentos também registaram um decréscimo nos últimos anos, no âmbito do acordo entre a associação do sector, Apifarma, e o Ministério da Saúde.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

BIAL - Portela & C^a, S.A. encontra-se certificada pela norma ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental), tendo definido objetivos de sustentabilidade ambiental a seguir mencionados:

- Reduzir as emissões gases com efeito estufa;
- Transitar para uma mobilidade mais verde;
- Promover o uso de energias renováveis;
- Minimizar o consumo de água e gerir de forma responsável o efluente gerado;
- Diminuir a produção de resíduos, assim como o impacte destes no ambiente e na saúde;
- Valorizar os resíduos, através da eficiente triagem;
- Incrementar parcerias com vista a uma economia circular.

Em 2023, destacamos as ações desenvolvidas em matéria de economia circular por meio da redução de resíduos. Reduzimos cerca de 9% do volume específico (kg/un) de resíduos face a 2022, resultado da implementação de ações de melhoria dos nossos processos. Os custos de tratamento e encaminhamento de resíduos corresponderam a € 34.819 (2022: € 26.001). Conscientes da responsabilidade ambiental alargada dos nossos produtos, BIAL dispõe de vínculo contratual com a VALORMED, entidade responsável pela recolha de embalagens vazias e medicamentos fora de uso nas Farmácias. De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de € 31.416 (2022: € 29.488).

A BIAL assumiu o compromisso com a sustentabilidade, a transição climática é um tópico relevante e que é anualmente revisto e melhorado para ir de encontro das melhores práticas de transição energética e climática eficientes e justas. A estratégia centra-se na redução dos consumos e aumento da eficiência, na inovação tecnológica e digitalização e na descarbonização das fontes de energia. Em 2023 a energia consumida teve origem em fontes renováveis e obteve certificados de Origem. Resultado do investimento na descarbonização em 2023 obtivemos uma intensidade energética por receita líquida de 0.0285kWh/€ o que corresponde a uma redução 18% face a 2022 (0.0347 kWh/€).

A sustentabilidade é, em BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. À medida que prosseguimos, é fundamental continuarmos a fomentar a inovação e a adaptabilidade, assegurando que as nossas operações não só respeitam, mas também contribuem de forma positiva para o bem-estar do ambiente em que nos inserimos.

32. Sustentabilidade

Melhorar a saúde das pessoas ao mesmo tempo que asseguramos a proteção do planeta é o nosso objetivo. Trabalhamos com o intuito de reduzir o impacte ambiental da nossa atividade, assegurando a prevenção da poluição como reflexo da nossa Política de Sustentabilidade Ambiental que assenta nos seguintes grandes eixos: Clima, Água, Resíduos e Economia Circular.

33. Garantias prestadas

Garantias bancárias prestadas por BIAL - Portela & Cª, SA à data de 2023.12.31:

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6.000.000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	20.000.000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	5.000.000
IAPMEI - AGÊNCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30028	130.402
IAPMEI - AGÊNCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30027	201.237
IAPMEI - AGÊNCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30026	75.001
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	-45.382 CHF
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Caução de obras públicas	14.964
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10.273
EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	Fornecimento de Medicamentos	9.355
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9.199
Fiscal Ior	Fornecimento de serviços	5.864
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	7.303
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	5.193 CHF
IGIF	Fornecimentos	3.315
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1.542
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	822
Emprofac - Empresa Nacional Produto	Fornecimento de Medicamentos	11.347

34. Acontecimentos após a data do balanço

Em 2023 o distribuidor de Ongentys nos EUA (Neurocrine) terminou antecipadamente o acordo de licenciamento, tendo BIAL acionado a cláusula de compras mínimas, que originou um débito de € 8,6 M. A Neurocrine não concordou com o montante faturado e na ausência de acordo entre as partes, o processo seguiu para a via arbitral. A primeira audição teve lugar em janeiro de 2024 e a decisão final foi conhecida em março de 2024 não tendo sido favorável a BIAL. O Conselho de Administração, numa lógica de prudência, tinha registado uma imparidade total sobre o valor faturado (ver nota 8).

35. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2024.03.15

O CONTABILISTA CERTIFICADO

MANUELA OSÓRIO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | [Chairman](#)

ANTÓNIO PORTELA | [CEO](#)

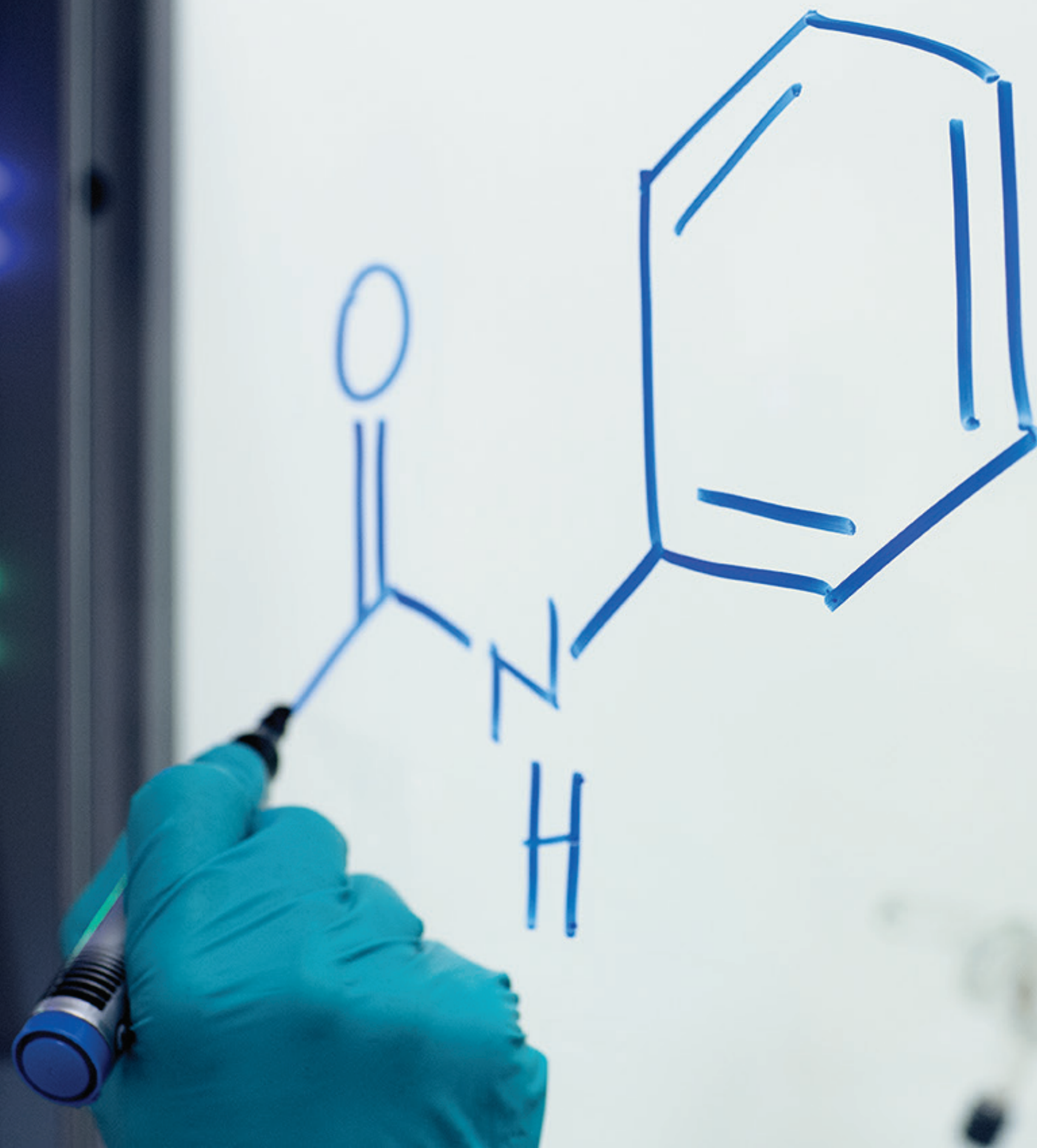
RICHARD PILNIK | [Vogal](#)

JOSÉ REDONDO | [Vogal](#)

MIGUEL PORTELA | [Vogal](#)

JOERG HOLENZ | [Vogal](#)

MAXIMILIANO BRICCHI | [Vogal](#)



CERTIFICAÇÃO
LEGAL de
CONTAS



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Bial - Portela & C^a, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 472.753.119 euros e um total de capital próprio de 214.789.236 euros, incluindo um resultado líquido de 23.308.105 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Bial - Portela & C^a, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 263 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Portela & C^a, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2023

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 22 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:


Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias o Conselho Fiscal de Bial – Portela & Cª, S.A., vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2023, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativas àquele exercício e apresentadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com a regularidade necessária e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Em todas essas ocasiões, o Conselho Fiscal teve oportunidade de constatar o profissionalismo, dedicação e forte empenho do Conselho de Administração e dos colaboradores de Bial – Portela & Cª., S.A.

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da sociedade de Revisores Oficiais de Contas (*Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.*), tendo, deste modo, recolhido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização. É de salientar o profissionalismo e cuidado posto no exercício da sua função por parte dos representantes da referida sociedade.

O Conselho Fiscal examinou a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de Bial – Portela & Cª., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023, que evidencia um total de 472.753 milhares de euros e um capital próprio de 214.789 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 23.308 milhares de euros, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, emitida pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeite os preceitos legais aplicáveis.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de Parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentados, referentes ao exercício de 2023;
- a) Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido;
- a) Que seja aprovado um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como geriu os negócios de Bial – Portela & Cª., S.A.

Trofa, 26 de março de 2024

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Luís Miguel Rodrigues Miranda da Rocha

**Patrícia Andrea
Bastos Teixeira Lopes Couto Viana**